

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE MARIA DOS SANTOS SILVA

TITULAÇÃO CONJUNTA DE LOTES: A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO
CAMPONÊS E POPULAR PARA A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

CURITIBA

2019

ALINE MARIA DOS SANTOS SILVA

TITULAÇÃO CONJUNTA DE LOTES: A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO
CAMPONÊS E POPULAR PARA A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

Monografia apresentada como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Direito, Habilitação em Teoria do Direito e Direitos Humanos, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.

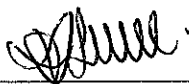
Orientadora: Prof^a Dr^a Katya Regina Isaguirre Torres.

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO**ALINE MARIA DOS SANTOS SILVA****TITULAÇÃO CONJUNTA DE LOTES: A CONTRIBUIÇÃO DO
FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR PARA A FUNÇÃO
SOCIAL DA TERRA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



KATYA REGINA ISAGUIRRE TORRES
Orientador

Coorientador



CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA
Primeiro Membro



PAULA COZERO
Segundo Membro

Às minhas avós camponesas: Maria Júlia por sua história de vida.

E Francisca Maria, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha mãe, agricultura, que me ensinou a amar a terra, as plantas, as flores, as sementes. Com ela aprendi desde cedo a lutar pela vida, aprendi que a terra é a resistência da mulher camponesa. Minha mãe foi a primeira a ensinar que a luta de gênero se inicia em casa, que o machismo tem que ser enfrentado em suas raízes desde cedo. Dona Lourdes, mãe de sete filhos, destes, quatro mulheres guerreiras que ganharam o mundo na militância desde a sua juventude. Dos três irmãos, todos foram ensinados que as mulheres são livres para viver e amar, e que o enfrentamento das desigualdades de gênero tem que ser feito todos os dias, e todos os dias eles, os homens, têm o dever de despir-se das suas posições de privilégio e juntos construir uma sociedade livre do patriarcado.

Agradeço ao João Batista, meu companheiro de 22 anos de caminhada, pelo apoio nesses cinco anos entre distâncias e afetos, e por ter dado o primeiro passo dentro de si para reconhecer que as mulheres são livres para buscar os seus sonhos rumo ao novo, ao desconhecido.

Agradeço às minhas irmãs, que me jogaram no precipício do saber e me possibilitaram alcançar o voo mais longo de minha história. Selma, Judite, Eliete, sem vocês eu não teria chegado.

E agradeço, em especial, a minha orientadora Katya Regina Isaguirre Torres pela dedicação e paciência com que me conduziu nesse trabalho. Essa monografia não teria sido escrita sem a sua persistência e dedicação em me ensinar e, principalmente, chamar atenção para o cumprimento do rigor técnico e científico. É um privilégio desenvolver essa monografia sob os olhos de uma grande e admirável pesquisadora. Aprendi a ler o mundo acadêmico através dessa pesquisa.

Agradeço a minha filha, Karen Gabriela, pelo carinho que me dedicou nesses 4 anos em que vivemos juntas nessa cidade gelada, gelada de afeto, de amor, sem você não teria sido possível aquecer meu coração e finalizar essa monografia. À minha filha Renata Caroline, pelo apoio e compreensão. Ao meu filho João Gabriel, pelo amadurecimento adquirido nessa longa espera da mamãe nessa transição de sua adolescência.

Agradeço ao Movimento Sem Terra, que me forjou na luta, propiciando que a classe trabalhadora camponesa acesse a educação superior através do PRONERA. A reforma agrária popular se concretiza pela democratização da educação e pela libertação do pensamento. Incluo aqui as militantes do MST que também contribuíram para o enriquecimento deste trabalho, Kelly Mafort, Ana Terra Reis, Adriana, e, em especial as mulheres do assentamento

Laudenor de Souza, que me fortalecem na luta e me construíram enquanto mulher sem terra. E agradeço de forma especial ao MST do estado do Paraná, nas pessoas da Adriana Pereira de Oliveira e Roberto Bágio, pelo carinho e insistência em acreditar na Turma Nilce de Souza Magalhães. Aos setores de Direitos Humanos e de Educação pela persistência e tantas articulações em prol do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária. Agradeço às mulheres, mães, militantes e lutadoras camponesas que mantêm viva a construção do feminismo camponês e popular através das lutas constantes em defesa da autonomia das mulheres, por terra, trabalho e emancipação social e política.

Não termino sem antes agradecer à Turma Nilce de Souza, que me construiu enquanto acadêmica e pessoa humana, em especial por libertar tantos conhecimentos humanos que estavam presos dentro de mim. Agradeço de forma especial às companheiras Jaqueline, Daiane Machado, Isabela Cruz, Eduarda Aparecida, Rafaela, Cleusa Maria, Gisela, Carla, Naiane, Williana, Mônica, Ana Paula, Ana Hup, Iara, Talita, Karistule, Suelen, Joseane Andrade, Josiane Santos, Camila, Isabel, Vanessa, Ewla, Daniela, Karen, Luana, Débora, Daiane Moraes e Jéssica. Aos companheiros Jeferson, Célio, Fidel, Antônio, Cleverton, Isaías, Teuvenot, Daniel, André, Rafael, Osmar, Rainan, Diogo, Thiozer e André Xangai.

À Terra de Direitos pela experiência, companheirismo e aprendizado que me proporcionou na reta final desse curso. Em especial as companheiras Daisy, Naiara, Sara, Mariana, Luana e Lizeli, e aos companheiros Fernando, Guilherme, Darci Frigo e Marcel.

E, por fim, agradeço à Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), meu lar em terra estranha! Obrigada às mais de duzentas mulheres que convivi nessa casa cheia de sonhos e de resistência. Levo todas comigo, todas as experiências vividas e um pouco de história de cada uma de nós. Obrigada mulheres da CEUC pela persistência e determinação!

Volto dessa jornada com a certeza que estou transformada, embora nunca tenha cogitado me formar em uma conjuntura tão incerta, finalizo esse curso com a incerteza do amanhã, se essa Universidade que me acolheu e me conduziu estará viva para receber outras mulheres camponesas que, assim como eu, têm esperança de aprender e de transformar o mundo pelo conhecimento.

*“Não se deve escrever somente para si mesma, mas para outros,
escrever para aquelas mulheres distantes e desconhecidas que habitarão o futuro.
Deixemos elas verem que não fomos heroínas ou heróis,
mas que só cremos ardentemente e apaixonadamente,
cremos em nossas metas, e as perseguimos”*

Alexandra Kollontai

RESUMO

O trabalho objetiva analisar a contribuição das mulheres para o cumprimento da função social da terra sob a perspectiva da titulação conjunta de lotes. O tema surge a partir da reflexão das desigualdades de gênero que por muito tempo classificaram as mulheres como subordinadas ao homem, inclusive no acesso à terra. Neste aspecto, o estudo envolve a titulação conjunta de lotes, prevista no artigo 189 da Constituição de 1988, regulamentada pela Portaria Nº 981/03 INCRA e Instrução Normativa 38/07 INCRA, elevando-a como política pública capaz de efetivar diversos direitos para as mulheres camponesas. O embasamento teórico se utiliza do conceito da função social da terra dialogando com o *feminismo camponês e popular* a partir da compreensão do projeto de reforma agrária popular elaborada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O objetivo geral da pesquisa é analisar a contribuição do feminismo camponês e popular para a reprodução da vida. E por, esse viés afirma-se que essas políticas proporcionam a descentralização do acesso a créditos, comercialização, fortalecimento e a permanência das mulheres no campo. Metodologicamente, a pesquisa utiliza a revisão bibliográfica, a análise legislativa e a observação participante realizada junto às mulheres do assentamento Laudenor de Souza, pertencentes ao Movimento Sem Terra, no município de Piratininga, Estado de São Paulo. Os resultados alcançados demonstram o rompimento do sistema patriarcal no acesso ao direito à terra e o esforço das mulheres assentadas em dar cumprimento à função social da terra, almejando uma nova sociabilidade no campo, através das experiências com agroecologia, da produção de alimentos saudáveis, defesa do meio ambiente e da visibilidade do trabalho das mulheres. Bem como evidenciam o fortalecimento das mulheres camponesas em relação aos direitos conquistados pelo feminismo camponês e popular, visibilizando o potencial de construção da emancipação política e econômica das mulheres camponesas, do reconhecimento identitário camponesa e da premissa construída sobre o uso da terra para reprodução de vida.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Terra. Reforma agrária. Gênero. Agroecologia

RESUMEN

El trabajo objetiva analizar la contribución de las mujeres al cumplimiento de la función social de la tierra desde la perspectiva de la titulación conjunta. El tema surge de la reflexión sobre las desigualdades de género que durante mucho tiempo clasificaron a las mujeres como subordinadas a los hombres, así como también el acceso a la tierra. En este aspecto, el estudio involucra la titulación conjunta de lotes prevista en el artículo 189 de la Constitución de 1988, regulada por la Ordenanza N° 981/03 INCRA y la Instrucción Normativa 38/07 INCRA, elevando-la como política pública capaz de ejercer diversos derechos para las mujeres campesinas. Como base teórica usamos el concepto de función social de la tierra, dialogando con el *feminismo campesino y popular* a partir de la comprensión del proyecto de reforma agraria popular elaborado por el Movimiento de los Sin Tierra. El objetivo general de este trabajo académico, es analizar la contribución del feminismo campesino y popular, y su relación con la función social de la tierra, valiéndose de la categoría del uso de la tierra para la producción de proyectos orientados a la reproducción de la vida. Y por este viés, se afirma que estas políticas proporcionan la descentralización del acceso al crédito, la comercialización, el fortalecimiento y la permanencia de las mujeres en el campo. Metodológicamente, la investigación utiliza la revisión de literatura, el análisis legislativo y la observación participante mantenido junto con mujeres del asentamiento Laudenor de Souza, perteneciente al Movimiento de los Sin Tierra, en el municipio de Piratininga, en el Estado de São Paulo. Los resultados obtenidos demuestran la ruptura del sistema patriarcal en el acceso a los derechos sobre la tierra y el esfuerzo de las mujeres asentadas para cumplir con la función social de la tierra, buscando una nueva sociabilidad en el campo, a través de las experiencias con la agroecología, la producción de alimentos saludables, la defensa del medio ambiente y la visibilidad del trabajo de las mujeres. También muestran el fortalecimiento de la mujer campesina en relación a los derechos conquistados por el feminismo campesino y popular, haciendo visible el potencial para construir la emancipación política y económica de la mujer campesina, el reconocimiento de la identidad campesina y la premisa construida sobre el uso de la tierra para la reproducción de la vida.

Palabras claves: Mujeres campesinas. Terra. Reforma agrária. Agroecologia. Género

LISTA DE SIGLAS:

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
CCU – Contrato de Concessão de Uso
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CFRB/88 – Constituição Federal do Brasil de 1988
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGR – Procuradoria Geral da República
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
Ppigre - Programa da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA.....	14
2.1	A CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM MARCO JURÍDICO PARA A MULHER CAMPONESA	19
2.2	MULHERES CAMPONESAS E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA	23
3	GÊNERO E AGROECOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR.....	31
3. 1	A LUTA DAS MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR	35
3.2	FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR E A PRÁTICA DA AGROECOLOGIA.....	43
4	TITULAÇÃO CONJUNTA DE LOTES, PORTARIA 981/ 2003 INCRA E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38/2007 INCRA: O DIREITO A TERRA NA PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÊNERO.....	49
4.1	PORTARIA Nº 981/03 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38/07 DO INCRA: O DIREITO A TER DIREITOS	54
4.2.	O DIÁLOGO COM AS MULHERES NO ASSENTAMENTO LAUDENOR DE SOUZA: OUVINDO AS CAMPONESAS SOBRE O DIREITO Á TERRA, FEMINISMO E TITULAÇÃO CONJUNTA	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A cada dia, mais e mais mulheres camponesas têm buscado tornar-se protagonistas de suas vidas e têm se desafiado pela superação dos espaços domésticos, aos quais e cujas tarefas, há muito tempo, foram restritas. Esse movimento de superação vem provocando uma transformação social tanto nas cidades quanto no campo em diversos segmentos. No contexto dos assentamentos da reforma agrária, nas últimas décadas, têm crescido a visibilidade social e política das mulheres camponesas no campo, em especial no que se refere ao processo de luta para garantia do acesso a direitos básicos previstos na Constituição de 1988.

Em geral, a história das mulheres camponesas foi marcada pela exploração e invisibilidade do trabalho e pela ausência de políticas públicas de igualdade de gênero. Dada esta realidade, no ano de 2003 foi instituído o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), desenvolvido pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo foi promover políticas públicas voltadas para o combate da desigualdade de gênero específicas para as mulheres trabalhadoras rurais.

Nesta pesquisa de monografia se trabalhará especificamente uma das políticas resultantes do PPIGRE, implementada pela Portaria do INCRA nº 891/2003, que regulamenta o artigo 189 da Constituição Federal sobre a Titulação Conjunta de Lotes para beneficiários da reforma agrária e a Instrução Normativa Nº 38/2007, que tornou obrigatória a titulação conjunta de lotes nos assentamentos da Reforma Agrária. Para isso, o estudo empírico será realizado com as mulheres assentadas em dois assentamentos do Estado de São Paulo, considerando toda a minha trajetória de pesquisadora como mulher camponesa e integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste sentido, a problemática proposta nesta pesquisa será analisar a contribuição do feminismo camponês e popular para o cumprimento da função social da terra, evidenciando as lutas das mulheres camponesas na busca pela implementação da igualdade de gênero no campo, bem como demonstrar que a titulação conjunta de lotes é uma garantia do cumprimento da função social da terra. Tal afirmativa é concretizada pela pesquisa empírica no Assentamento Laudenor de Souza, quando as mulheres resgatam a importância do empoderamento político, econômico e dos cuidados com a produção, ressaltando que a função social da terra não está pautada somente em índices de produtividade, mas também na construção da emancipação das mulheres enquanto sujeitas de direitos.

A pesquisa empírica é resultado de dois encontros com as mulheres do assentamento Laudenor de Souza, no ano de 2019, utilizando a metodologia de roda de conversa, onde a

pesquisadora também se coloca na pesquisa como pesquisadora participante, vez que também é camponesa, militante, assentada e inserida no contexto da comunidade. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida conciliando os conhecimentos acadêmicos com as contribuições teóricas e prática das mulheres assentadas. Durante a pesquisa, o objetivo foi ouvir essas mulheres assentadas sobre as suas pautas dentro da reforma agrária, buscando impulsionar o diálogo sobre suas vivências e conhecimentos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária. Durante os encontros, as mulheres demonstraram o protagonismo de luta, autorganização no trabalho e as práticas desenvolvidas com a agroecologia.

Para falar sobre as mulheres camponesas assentadas, faz-se necessário um resgate de trajetória pessoal da pesquisadora e do contexto de onde escrevo. Insiro-me nessa monografia como pesquisadora participante, mulher, camponesa, assentada e militante da Reforma Agrária, tendo em vista os 39 anos de experiência com a realidade que cerca a mulher camponesa, isto é, o trabalho árduo da roça, a dupla jornada, o cuidado com os familiares e a experiência de militância política com movimentos sociais.

Adolescente, o trabalho da roça foi a primeira aprendizagem para além do trabalho doméstico, e aqui me coloco como interlocutora de uma realidade de mulheres ainda muito presente no campo brasileiro. Por cerca de cinco anos fui bóia fria em roças de pimentão, vagem, tomate, feijão e de outras formas de cultura, trabalho realizado exclusivamente para o auto sustento e sustento familiar de mais seis irmãos. No entanto, apesar da necessidade do trabalho para garantia de fonte de renda, este foi também o período das minhas primeiras experiências e contatos com as lutas populares, que ocorreram através de cursos de formação propostos pela CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Ribeirão Branco, município de interior de São Paulo, nos quais permaneci durante seis anos.

A partir do ano de 1997, essa trajetória ganhou novos contornos políticos, então com dezoito anos, tive meu primeiro contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Itapeva/SP. Neste ano, ingressei no MST e no então Acampamento Laudenor de Souza, hoje Assentamento. Somaram-se sete anos de lutas pelo direito da conquista da terra, compostos por um longo processo de resistência constituído por um histórico de reintegrações de posse violentas e por ocupações estratégicas em defesa da reforma agrária. Em 2003, 37 famílias das 400 que iniciaram o processo de luta, dentre as quais a minha, foram, enfim, assentadas no município de Piratininga/SP, dando início à outra forma de luta: a construção de um projeto de vida por meio da agricultura diversificada e

agroecológica. Foi com o MST que dediquei os meus primeiros esforços na organização e construção de uma estrutura política mais dinâmica no que tange às questões de gênero dentro do Assentamento Laudenor de Souza, onde sou assentada há quinze anos.

Dessa experiência, resultou uma bagagem crítica sobre as relações de gênero no tocante à diferenciação da dimensão da participação ativa no planejamento de desenvolvimento político e/ou desenvolvimento produtivo nos lotes no assentamento Laudenor de Souza quando a mulher figura como titular conjunta do lote. Ao longo desta trajetória, pude observar que a terra é considerada um elo entre trabalho e sobrevivência e autonomia para todas as assentadas que configuram como titulares dos lotes, no que se refere ao empoderamento político e econômico desde a implementação do assentamento.

É importante ressaltar que, no contexto das mulheres assentadas, a história de lutas e trajetória de trabalho nos assentamentos consistem em um esforço coletivo de estruturar a organização política, objetivando a construção de uma dinamicidade entre as produções alimentar e econômica nos lotes da Reforma Agrária. Com isto, surge a necessidade de se pensar formas coletivas e democráticas de organizar políticas públicas que atendam às questões de gênero. Por vezes, essas políticas estão diretamente ligadas a questões referentes à produção por constituírem uma forma de manutenção econômica dessas mulheres, o que também pode ser considerada o mote central de sua permanência e resistência no campo.

Falar sobre gênero não é uma tarefa fácil. De antemão justifico que o objetivo não é somente tratar o conceito acadêmico, me proponho aqui a falar de gênero enquanto pesquisadora militante e assentada do Movimento Sem Terra, mulher camponesa. E que aos 40 anos (momento em que me dedico a essa monografia), o tema gênero ainda é um tema difícil de ser abordado com as mulheres camponesas, talvez pelas raízes históricas que desencadeiam a insegurança, seja por que o tema implica “mexer” em concepções de mundo, comportamento e valores sociais que estão arraigadas na sociedade, seja por que o assunto resgata um histórico doloroso para a mulher camponesa.

Por outro lado, as mulheres do campo possuem uma intensa relação com a terra, pois é pelas mãos das mulheres camponesas que são colhidas as plantas, as flores, os frutos que nos servem de alimentos, de forma que no primeiro capítulo trata também da função social da terra a partir da perspectiva de um pilar de igualdade e de condições e oportunidades para as mulheres e de reconhecimento do seu trabalho.

Na sequência, no segundo capítulo evidencia-se a luta do feminismo camponês e popular, sua organização, o enfrentamento ao capitalismo e a prática das mulheres na

agroecologia como um potencial de produção de alimentação saudável e de combate ao modelo de produção do agronegócio.

No terceiro capítulo, pretende-se demonstrar a importância da política pública que objetiva implementar a igualdade de gênero nas áreas da reforma agrária, através da Portaria Nº 981/2003, editada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Instrução Normativa Nº 38/2007, que institui e torna obrigatória a titulação conjunta de lotes nas áreas de reforma agrária, que são de domínio da União. A pesquisa empírica demonstra a importância das lutas das mulheres vivenciadas no Assentamento Laudenor de Souza e resgata a contribuição das mulheres assentadas na construção do feminismo camponês e popular.

E, finalmente, conclui-se que a construção de uma nova sociabilidade no campo, passa pelo debate do acesso à terra pelas mulheres, bem como reconhecimento da essencialidade da defesa da agroecologia e da função social da terra destinada à produção de vida.

2 MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA

Para entender as desigualdades de gênero no campo antes é preciso compreender o contexto histórico, econômico e social em que estas mulheres estão inseridas. Historicamente, o campo é um espaço onde as relações sociais manifestam-se de forma específica e demarcadas pela hierarquia do poder masculino. Assim, este trabalho pensa as problemáticas das mulheres do campo a partir da vivência das mulheres camponesas como sujeitas de um contexto social masculinizado.

Posto isso, o presente estudo cuida de expor as relações de gênero no campo, fazendo um recorte sobre as mulheres na reforma agrária. Neste aspecto, é fundamental trazer o conceito de gênero pela perspectiva de uma camponesa militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, componente do setor de gênero do MST, elaborado na defesa de sua dissertação de mestrado;

Gênero é uma categoria social de análise das relações sociais entre homens e mulheres. São papéis atribuídos para definir o que é ser homem e o que é ser mulher; o que é tido como “coisa” de homem e “coisa” de mulher. E como cada um e cada uma deve se comportar de acordo com os valores da sociedade vigente (MAFORT, 2013, p. 98).

Rita Laura Segato, na obra *La guerra contra las mujeres* (2016, p. 22 - 23), ensina que as desigualdades nas relações de gênero decorrem de uma estrutura social fundada em raízes coloniais, as quais determinam e mascaram as relações de gênero por meio de seu caráter binário. Assim, o caráter binário determina a forma das relações sociais, nas esferas pública e privada, sendo que a estrutura pública é considerada como globalizante e totalizante, e colocada acima da esfera privada, enquanto que a esfera privada é um espaço pessoal, onde a mulher está relegada aos trabalhos de cuidados e de reprodução familiar, já que a figura masculina é sempre uma figura dotada de autoritarismo e de poder,

Esse binarismo determina a existência de um universo cujas verdades são dotadas de valor universal e interesse geral e cuja enunciado é imaginada como emanado da figura masculina, e as demais, concebidas como dotadas de importância minoritária, marginal e particular. O hiato imensurável entre o universalizado como central, coloca por um lado, uma minoria residual, e por outro, configura uma estrutura binária opressiva, inerentemente violenta, diferenciando-se de outras ordens hierárquicas (SEGATO, 2016, p. 23, tradução livre).

O Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) compreende que “as diferenças entre o masculino e o feminino são uma construção cultural de cada sociedade, assim, o conceito de gênero derruba uma velha compreensão de que homens e mulheres têm funções diferentes porque são biologicamente ou naturalmente diferentes” (MST, SETOR NACIONAL DE GÊNERO, 2003, p. 7 - 8). Portanto, aqui se defende a ideia de gênero como categoria de reflexão sobre as condições de marginalização, opressão e exploração da mulher no campo. Considerando, ainda, que essas mulheres estão inseridas em um contexto capitalista de produção e que, por isso, sofrem outras formas de exploração, seja a exploração do trabalho, seja a exploração e apropriação de seus corpos. Assim, o gênero é aqui adotado enquanto instrumento que nos permite fazer a análise política das desigualdades entre homens e mulheres no conjunto da construção de direitos, não adentrando sobre as demais identidades que compõe o debate de gênero. Sob essa ótica, recorre-se à explicação de Saffioti em sua obra “A mulher na sociedade de classes” no que se refere à exploração da mulher dentro do modelo de produção no capitalismo:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modelo de produção capitalista, ela contaria com a desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificativos da supremacia masculina, e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, pag. 65 - 66).

Dessa forma, o conceito de gênero aqui colocado surge na tentativa de refletir como se deu a dominação dos homens sobre as mulheres, e como se caracterizam as disparidades vistas nas relações sociais no campo. Para isso, apontamos aqui diversas contribuições pensadas pelo Coletivo de Gênero do MST, de que o conceito de gênero traz para o centro do debate, a discussão das relações entre os homens e mulheres dentro da perspectiva que “a construção social dos gêneros tem uma base material (e não apenas ideológica) que se expressa na divisão sexual do trabalho” (MST SETOR NACIONAL DE GÊNERO, 2013, p. 13).

Heleieth Saffioti (2013, p. 52 -53) explica que a divisão sexual do trabalho, na forma em que conhecemos atualmente, foi assentada pela consolidação do modo capitalista de produção, “assentada na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (SAFFIOTI, 2013, p. 53), mais especificamente em decorrência da

formação histórico social da divisão social do trabalho pautada na tendência de uma sociedade competitiva. “A perpetuar-se essa tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Segundo a autora, “a maneira pela qual os indivíduos participam do mercado de bens e de trabalho é, portanto, determinada pela produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 56). Assim, pela concepção de que os indivíduos participam do mercado de trabalho pela sua produção, estabeleceu-se também a clássica “divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. Enquanto que a esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito” (NOBRE; FARIA, 2013, p. 2).

Na análise do feminismo decolonial, Rita Laura Segato explica que a construção moderna inseriu um sistema binário e colonizador e que a história da esfera pública é a história do patriarcado, onde o sujeito natural da esfera pública é identificado por “marca de origem e de genealogia” e como sujeito masculino, branco, proprietário, com formação acadêmica e chefe de família (SEGATO, 2016, p. 94, tradução livre). Enquanto que o espaço privado é reservado às mulheres como “o outro espaço, o doméstico, até esse momento preenchido por uma multiplicidade de presenças, o cenário das atividades das mulheres e governado por elas” (SEGATO, 2016, p. 94, tradução livre).

No campo, na esfera privada, as mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, que é mesclada entre o espaço produtivo do entorno e o trabalho do lar. De acordo com Ana Terra Reis (2019, p. 215), a mulher desenvolve um trabalho secundário, de servir e cuidar dos homens da família. Além disso, a dupla jornada se caracteriza pela constância do trabalho doméstico de reprodução de cuidados e o trabalho no campo, na horta e com os animais. No entanto, esse trabalho não é devidamente valorizado por não ser considerado como “produção”. Já os homens desempenham o trabalho mais valorizado por estar diretamente ligado à agricultura de produção comercial, como as lavouras extensas ou criação de animais em maior escala.

Nessa seara, para a perspectiva capitalista, o campo é um espaço de trabalho e produção voltado para o desenvolvimento econômico de geração de capital, cujo modelo de produção agrícola é pensado nos marcos do capital, ou seja, a terra é explorada a partir do fundamento do lucro, da participação no mercado de produção, como aponta o Setor de Gênero do MST nos estudos condensados no Caderno de Formação nº 2 (2015, p. 4 - 6).

De acordo com Safiotti (2013, p. 258), pensar a mulher rural é refletir que ela está inserida em um contexto de hierarquização masculina de organização social familiar que define seus papéis na produção e reprodução social através do casamento. De certa forma, Saffioti nos coloca que o campo é um espaço masculinizado, seja por que as mulheres são excluídas no modelo de agricultura do agronegócio, seja pelo poder que o homem detém no âmbito familiar.

As desigualdades de gênero no Brasil descendem de uma história onde a estrutura social foi centralizada na figura de sexo masculino, originando um sistema de bases patriarcais. Laura Segato (2016, p. 19 - 20) ensina que o processo do patriarcado moderno tem sua matriz na colonialidade e foi construído articulado aos poderes econômico, político e intelectual desde os princípios da história;

Permanece aqui também e apesar de todo o debate recente sobre o assunto, a convicção de que o patriarcado, a relação de gênero baseada na desigualdade, é a estrutura política arcaica e permanente da humanidade. Essa estrutura, que molda a relação de posições em cada configuração de prestígio e poder diferencial, capturada, agravada radicalmente e transmutada em uma ordem de alta letalidade pelo processo de conquista e colonização, precede o embargo como simples hierarquia estabilizada desde o início dos tempos, é a história patriarcal da humanidade, nenhuma mudança relevante na estrutura da sociedade parece possível, justamente porque não foi possível (SEGATO, 2016, p. 18 – 19, tradução livre).

O patriarcado também estabeleceu um processo de organização social baseado nas relações sociais de produção na qual as mulheres foram alocadas para uma categoria de marginalização do trabalho em virtude de seu sexo, raça e classe “Com as diferenças de posição econômica dos indivíduos correspondiam diferenças de posição social, justificada em termos de raça e cor” (SAFFIOTI, 2013, p. 234, 235). Assim, de acordo com a ordem patriarcal, as mulheres foram relegadas ao trabalho interno familiar, conforme explicam Mirian Nobre e Nalu Faria, “Nessa compreensão, o papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isso também o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardiã do afeto e da moral na família” (NOBRE & FARIA, 2013, p. 2). Estabelecendo assim a divisão sexual do trabalho de acordo com o gênero.

Entretanto, essas atribuições foram construídas e romantizadas pelo capitalismo, pois, as mulheres das camadas sociais empobrecidas nunca foram alheias ao trabalho, conforme explica Heleieth Saffioti, “Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). De certa forma, a estruturação implantada pelo modelo capitalista de produção organizou e

hierarquizou as relações sociais através da adoção da concepção de gênero como um fator de discriminação social.

Nesse aspecto, a análise de Heleieth Saffioti (2013, p. 59) é de que a sociedade capitalista, por si só, é competitiva e, nesse caso, a questão principal é que ao perpetuar a tendência de que o homem é o provedor e que se insere no mercado de trabalho para a garantia do sustento familiar, criam-se também outros problemas que refletem diretamente sobre a condição social da mulher, pois o modelo de produção capitalista é baseado na apropriação privada da terra e dos meios de produção. Nesse sentido, de acordo com a organização social acima estabelecida, as mulheres realizam apenas o trabalho doméstico, enquanto que o homem é responsável pelo processo de criação e administração de riqueza. Na mesma linha, Rita Segato (2016, p. 17) explica que no capitalismo o patriarcado está desenhado sob uma estrutura binária, fundada na minorização das mulheres como forma de manter os padrões sociais pré-determinados.

Essa situação legitimou o homem em um plano estrutural como administrador dos bens de serviço de produção, ou seja, o homem se torna o sujeito central da família, capaz de administrar os bens familiares e, por isso, ele também é o detentor das coisas e da propriedade familiar. Logo, também é detentor da terra como um meio de produção na agricultura. Assim, a mulher é colocada em uma posição jurídica e socialmente inferior ou de subalternidade ao homem. No campo essa realidade até pouco tempo também se estendia aos lotes da reforma agrária, onde predomina o modelo da agricultura familiar. De acordo com Heleieth Saffioti, o Brasil colonial se concretizou no meio rural “pela autoridade do senhor que dentro da família patriarcal, dominava a mulher e os filhos” (SAFIOTTI, 2013, p. 267).

Nesse ponto, a questão que se coloca é que esse modelo de vida em que os homens trabalham fora e as mulheres só fazem o trabalho doméstico nunca existiu de verdade, pois, se considerarmos as comunidades indígenas e camponesas, elas desde sempre trabalharam no espaço público, no entanto, sempre foi um trabalho não visibilizado. Sobre o assunto, Nalu Farias e Mirian Nobre explicam que “As mulheres negras, por exemplo, sempre trabalharam fora de casa, primeiro como escravas e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes, circulando por muitos espaços públicos” (NALU; NOBRE, 2013, p. 2).

Conforme exposto por Hildete P. de Melo, Paola Cappelin e Elisa G. Castro (2008, p. 124), as mulheres do campo também realizam atividades exclusivamente voltadas para a comercialização e complementação da renda, como a elaboração de queijos, compotas de

doces e conservas de legumes, além do cuidado com pequenos animais, como galinhas para a coleta de ovos, em busca de sua autonomia financeira.

Assim, o capitalismo no campo desconsidera o trabalho desenvolvido nas pequenas propriedades ou nas áreas de reforma agrária, as quais possuem a característica de adoção de um modelo agrícola oposto à exploração mercantil, tendo como base a produção familiar voltada para o plantio de alimentos para subsistência, portanto, livre da exploração do trabalho. Contudo, é importante salientar que o patriarcado está diretamente ligado ao regime possessório da terra e à hierarquia social, de forma que a mulher sempre figurou como base estrutural do trabalho na agricultura familiar, mas não figurou como proprietária da terra. Logo, o modelo de produção agrária capitalista invisibiliza a produção das mulheres no campo, acentuando o elemento histórico de sobreposição de tarefas, que incluem o trabalho na roça e o trabalho de cuidado com a alimentação e com a família.

A realidade das mulheres camponesas, e o papel de dona de casa, faz com que o trabalho desempenhado na roça ou nos quintais seja camuflado ou naturalizado como uma simples “ajuda” ao homem, de forma que o cultivo da horta e o cuidado com os animais torna-se um trabalho não remunerado, uma vez que é atrelado como ajuda na subsistência. Essa linha de pensamento acabou por naturalizar essas relações no campo e fez com que as mulheres camponesas fossem excluídas dos direitos sociais básicos como previdência social, titulação da propriedade, auxílio maternidade, dentre outros. Essa discriminação legal prevaleceu até a promulgação da Constituição de 1988, assunto que será tratado mais adiante.

Assim, percebe-se que o capitalismo construiu duas questões que estão imbricadas entre si quando se trata das mulheres camponesas, a construção social de gênero e concentração da propriedade privada, hierarquizada na figura masculina, estas sendo essenciais para a determinação desse trabalho, pois ambas estão conectadas com a realidade da mulher agricultora, como visto acima.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM MARCO JURÍDICO PARA A MULHER CAMPONESA

A Constituição de 1988 foi precursora na inclusão de alguns princípios que auxiliaram no reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos. A positivação do direito da igualdade surge como um marco jurídico ao estender às mulheres um rol de direitos, que antes estava destinada apenas aos homens. Conforme Cristiane Lopes:

Trata-se da superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a conseqüente preferência do homem ante a mulher, especialmente no locus da família. Em seu lugar, delineia-se uma ideologia de igualdade de direitos e deveres. Desaparece a figura da chefia da sociedade conjugal e com ela as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina (LOPES, 2006, p. 407).

A Constituição de 1988 modificou o status jurídico da mulher camponesa através de um conjunto de legislações e garantias no segmento de direitos sociais que até então não estavam contempladas nas legislações anteriores. A Constituição de 1988 também incorporou o direito igualitário entre homens e mulheres, porém, esta ficou dependente de regulamentação sobre o direito de acesso igualitário à titulação da terra, a qual somente foi instituída na legislação brasileira por meio da Instrução Normativa nº 981 de 2003, editada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como argumenta Ediliane Silva:

Com a Portaria nº 981, de 02 de outubro de 2003, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal tornou-se obrigatória, passando a contar com instrumentos legais para a sua efetivação. De acordo com o INCRA a ausência da titulação conjunta e obrigatória respaldava uma condição de subordinação da mulher com relação ao pai, ao marido ou ao irmão, em detrimento dos direitos prescritos na Constituição de 1988 (SILVA, 2011, p. 24).

No entanto, essas foram frutos de muitas lutas apoiadas por movimentos feministas, sindicatos rurais e urbanos, movimentos religiosos, como a Comissão Pastoral da Terra, e outros movimentos sociais. Conforme pondera Cristiane Lopes, “Para defender uma conquista, é preciso conhecer mais do que o conteúdo literal da norma jurídica que eventualmente a consagre” (LOPES, 2006, p. 407).

Para o Centro de Estudos Feministas e Assessoria - CFEMEA (2006, p. 12 - 13), a Constituição de 1988 pode ser considerada como um marco histórico no que se refere à legislação sobre o direito das mulheres. O artigo 5º, inciso I, foi um marco que modificou os conceitos morais e patriarcais da sociedade ao inserir o princípio da igualdade que disciplina que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Além disso, a Constituição de 1988, em seu artigo 226, §5º, explicita que os direitos deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, derrubando a noção tradicional da posição superior e de chefia atribuída legalmente ao homem na sociedade conjugal. De acordo com o CFEMEA (2006, p. 16), também houve avanço nos direitos civis como o

reconhecimento da união estável como composição familiar, conforme disposto no artigo 226, §3º da Constituição de 1988.

No que se refere às mulheres camponesas, Carmen Deere (2004, p. 183) expõe que a Constituição de 1988 avançou no reconhecimento da igualdade no acesso à terra através da titulação conjunta de lotes para mulheres da reforma agrária, conforme disposto no artigo 189, e em relação à previsão dos direitos previdenciários, dos quais as mulheres do campo foram privadas até o ano de 1988 na condição de seguradas especiais. Reconhece, ainda, o trabalho árduo desempenhado por elas e por isso prevê que elas possuam o direito de requerer o benefício cinco anos antes das demais categorias de trabalhadoras. Essas mudanças foram significativas, pois igualaram os direitos econômicos entre os homens e mulheres, rompendo com a condição de dependência econômica das mulheres em relação ao marido ou aos filhos.

Para Carlos Frederico Marés, em sua obra “A função social da terra” (2003, p. 115-116), a Constituição também assumiu o compromisso de erradicação da pobreza e de redução das desigualdades sociais como um objetivo fundamental da República que foram positivados no Artigo 2º, inciso III. Esses compromissos constitucionais dialogam com outros princípios democráticos e, por isso, a propriedade privada também é repensada, saindo do conceito de direito absoluto da propriedade para uma configuração democrática a partir da função social da propriedade, conforme explica Marés:

Para combinar com os compromissos de eliminar as desigualdades sociais e regionais, a Constituição não poderia repetir a velha propriedade privada do Código de Napoleão, absoluta e acima de todos os outros direitos. A propriedade privada teria que ser desenhada como uma consequência dos novos direitos coletivos à vida, ao fim das desigualdades e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, introduzindo nela uma razão humana de existência, vinculando-a em todos os lugares que a reconheçam como direito à função social, especialmente em relação à terra (MARÉS, 2003, p. 115, 116).

Entretanto, Marés faz uma importante distinção entre a função social da propriedade colocada nos termos do artigo 5º, inciso XXIII, como um direito fundamental, e a função social da terra. Extrai-se da obra de Marés (2003, p. 116) que a terra é um bem essencial para toda a humanidade, pois é ela que dá a garantia de alimentação sobrevivência, e por isso para o autor quem cumpre a função social é a terra. Enquanto que a Constituição de 1988, em seu artigo 186, trata especificamente de impor requisitos para a função social da propriedade através de parâmetros de utilização, mas politicamente propicia o questionamento da perpetuação da propriedade privada pelo latifúndio. Assim, o esforço interpretativo a ser feito é que a função social como instituto jurídico é um princípio que impõe limites sobre o

entendimento de propriedade absoluta da terra, ainda que seja em função do compromisso político de eliminar as desigualdades sociais e regionais, como explica Marés (2003, p. 114-115).

Por outro lado, há que se considera que a terra é a única fonte de produção de vida, humana, ecológica e de continuação da biodiversidade, de forma que o seu uso deve estar voltado para reproduzir a vida com qualidade. Nessa mesma linha, Marés (2003, p. 11 - 16) aponta que a terra tem a função de prover a vida, ou seja, a função social não pode ser da propriedade privada, pois quem pode cumprir a função social é a terra, pois é da terra que são colhidos os frutos, as plantas e é ela que prevê a manutenção e a sobrevivência de todas as formas de vida. Além disso, diversas culturas de povos e comunidades tradicionais têm na terra uma divindade especial, de forma que “toda sociedade humana tem se organizado segundo a possibilidade que lhe dá a terra em que lhe coube viver, aprende a conviver com o vento gelado dos polos ou do calor sufocante dos trópicos, modifica, constrói, interfere, mas vive da terra” (MARÉS, 2003, p. 11).

Ademais, o pensamento de que a função social é da terra, se dá pelo entendimento que ela é a única fonte de produção de alimentos. De acordo com material de estudo elaborado pelo Movimento Sem Terra no VI Congresso do MST, “O campo deve se constituir em um local de bem viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas” (MST, 2013, p. 37). Para isso, o MST propõe a reforma agrária popular (2013, p. 35 - 37) fundada no entendimento que a terra é um bem da natureza e por isso deve ser democratizada e ser utilizada para produzir alimentos agroecológicos e saudáveis. Nesse sentido, o MST também objetiva mudanças estruturais que vão desde a reivindicação das terras improdutivas à produção de bases ecológicas, a proteção dos bens da natureza, até o consumo final dos alimentos, manutenção, produção, preservação e multiplicação das sementes crioulas como bens dos povos, e a produção sob o controle dos trabalhadores, portanto, livres de qualquer forma de exploração do capital.

Desse modo, é passível de interpretação que Marés ao propor o princípio da função social da terra, também preconiza que a terra deve ser livre para produzir em função da vida, livre para manter a vida e a biodiversidade, livre da opressão e da dominação da propriedade privada. Ademais, na perspectiva da reforma agrária popular pensada pelo MST, as mulheres também desempenham um papel muito importante relacionado ao uso da função social da terra e em defesa da soberania alimentar, pois “As mulheres historicamente praticam uma agricultura com caráter agroecológico, seja pelo cultivo para o auto sustento, para o cuidado

com as plantas medicinais, pelo aproveitamento de insumos ou pela conservação e reprodução de sementes” (MST, CADERNO DE FORMAÇÃO 3, 2014, p. 8). Nesse sentido, a função social da terra também rompe com a estrutura desigual fundada no patriarcalismo e reconfigura o uso social da terra ao inserir as mulheres no contexto da produção.

Por outro lado, as mulheres também buscam a sua liberdade no campo, para que elas sejam livres da opressão do patriarcado, livres para plantar e colher, para dialogar e preservar a natureza de acordo com os saberes ancestrais, livres para viver de acordo com os seus costumes e tradições. Assim, o direito das mulheres camponesas está intrinsecamente ligado à perspectiva da reforma agrária popular e do diálogo da função social da terra, proposta por Marés, pois os dois conceitos são similares na defesa do uso da terra, voltados para a produção e a reprodução da vida e proteção da biodiversidade.

2.2 MULHERES CAMPONESAS E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

A concentração da propriedade privada decorre de um processo histórico que no Brasil seguiu as linhas teóricas baseadas no sistema colonial de dominação dos povos, criada pela racionalidade do Estado Moderno Capitalista¹. E, em tempo contemporâneo, é objeto de disputa e de concentração voltada para a exploração econômica de produção de matéria prima para exportação, também conhecida como *comodities*. Dessa forma, todo o processo histórico da concentração de terra no Brasil foi constituído com base no direito subjetivo individual da propriedade privada da terra.

A primeira noção de função social da propriedade na legislação brasileira surge em 1964, através da promulgação da Lei 4.504/64, que dispõe sobre o Estatuto da Terra em um contexto marcado pelo regime político da ditadura militar e de tensão e conflitos no campo, por isso, a função social tem suas origens entre o contexto das lutas camponesas contra o latifúndio.

Assim, de acordo com Marés (2003, p. 110 - 114), o instituto do Estatuto da Terra é caracterizado pelo viés da modernização da agricultura e é carregado pelo simbolismo do

¹ O estudo da função social da propriedade traz várias discussões que decorrem do aspecto histórico e jurídico, entretanto, o presente trabalho não tem o objetivo de aprofundar o processo histórico da concentração da propriedade privada. Para um aprofundamento sobre o tema, indica-se a obra “A Função Social da Terra” de autoria de Carlos Frederico Marés, Ed Sergio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 2003.

avanço econômico, baseado no modelo chamado de “revolução verde”². Porém, a função social foi repaginada pelo viés discursivo para garantir supremacia da propriedade privada. Como explica Marés, “É bem verdade que modernizou os termos, humanizou os contratos, impediu velhas práticas semifeudais e pós-escravistas, mas na essência manteve intacta a ideologia da supremacia da propriedade privada” (Marés, 2003, p. 110).

A Lei 4.510/64 (Estatuto da Terra), em seu artigo 2º, assegura a todos o acesso à propriedade da terra e entende como cumprimento da função social o favorecimento e bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e a manutenção de níveis satisfatórios de produtividade. No entanto, é pertinente mencionar que o Estatuto não assegurou um padrão mínimo sobre os níveis satisfatórios de produtividade, “Isto significa que o sistema de um lado incentiva o uso adequado, mas de outro protege o inadequado, proibindo que os camponeses usem terras e nelas produzam sem a expressa vontade do proprietário” (MARÉS, 2003, p. 112), de forma que a lei manteve a tradição proprietária já herdada do período colonial.

O Estatuto da Terra estabelece no artigo 2º a possibilidade de desapropriação da terra como consequência do não cumprimento da função social. Entretanto, para Carlos Marés o Estatuto da Terra não retira o caráter absoluto da propriedade:

A lei de 1964 estabelece como única consequência do não cumprimento da função social a possibilidade do Estado desapropriar a terra. Ainda assim, é apenas uma possibilidade que depende de vontade política do Poder, e não um dever público. Portanto, apesar da novidade do conceito de função social da propriedade introduzido do nunca aplicado Estatuto da Terra, a situação não ficou tão diferente dos séculos anteriores: a propriedade continuou absoluta (MARÉS, 2003, p. 113).

Seguindo os ensinamentos de Marés (2003, p. 113-114), o Estatuto da Terra foi uma legislação realizada para camuflar as lutas sociais no campo e inviabilizar os movimentos que vinham surgindo com a proposta de reforma agrária, pois não houve respaldo jurídico e político eficiente para enfrentar o domínio latifundiário e provocar o cumprimento da lei.

² Termo usado para explicar o nome dado ao conjunto de iniciativas tecnológicas que foram implementadas com o objetivo de introduzir uma agricultura mecanizada e moderna que buscou hegemonizar um domínio crescente de monocultivo para atender ao mercado externo. Compreende-se que a revolução verde foi determinante para o desenvolvimento do agronegócio como um modelo de exploração da terra para fins econômicos. Para uma melhor compreensão acerca do tema indicamos as coletâneas “A questão Agrária no Brasil” organizadas por João Pedro Stédile.

A inserção da função social da propriedade na Constituição Federal de 1988 foi o marco jurídico e surge com a característica de limitar o poder absoluto sobre a propriedade privada, conforme ensina Marés (2003, p. 114-115). Além disso, a funcionalidade da terra na Constituição é fruto da organização das lutas camponesas que emergiram no final da ditadura militar, marcado por um contexto de retomada da luta pela terra. Desde 1979, as ocupações de terras improdutivas tinham como principal reivindicação o questionamento da concentração da terra em latifúndios improdutivos.

De acordo com Marés (2003, p. 115-116), a Constituição de 1988, do ponto de vista jurídico, surge como um instituto de superação e de renovação das legislações anteriores, pois pela primeira vez uma legislação constitucional rompeu com o pensamento individualista que recaía sobre a propriedade. Segundo o autor, a Constituição se preocupou com os valores sociais, com os direitos difusos, com o meio ambiente, com a redução das desigualdades sociais e por isso a Carta Maior também “foi chamada de cidadã, verde, ambiental, plurissocial, índia, democrática” (MARÉS, 2003, p. 115).

É pertinente destacar que Marés (2003, p. 116) explica que a função social deve ser da terra, e por isso deve preencher a razão humana de existência, colocando em favor dos direitos coletivos acima dos interesses individuais. No entanto, de acordo com Marés (2003, p. 116) a Constituição de 1988 trata da função social da propriedade numa perspectiva relacionada ao bem e seu uso, e não sobre o direito de acesso à terra. Ainda assim, a Constituição de 1988 cristaliza um fundamento filosófico, porém, ainda limitada em relação ao acesso do direito coletivo à terra, pois o sistema jurídico entende a propriedade a partir do direito individual, subjetivo, e por isso a Constituição de 1988 apenas regulamentou que a propriedade cumpra uma função perante a sociedade, de forma que somente relativizou a propriedade absoluta para atender aos compromissos de eliminar as desigualdades sociais e regionais. Como explica Marés:

Para combinar com os compromissos de eliminar desigualdades sociais e regionais, a Constituição não poderia repetir a velha propriedade privada do Código de Napoleão, absoluta e acima de todos os outros direitos. A propriedade privada teria que ser desenhada como uma consequência dos novos direitos coletivos à vida, ao fim das desigualdades e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, introduzindo nela uma razão humana de existência, vinculando-a em todos os lugares que reconheçam como direito à função social, especialmente em relação à terra (MARES, 2003, p. 115- 116).

Outro ponto não questionado pela Constituição de 1988 é que “A propriedade é um direito criado, inventado, construído, constituído. Ao construí-lo a Constituição lhe deu uma

condição de existência, de reconhecimento social e jurídico” (MARÉS, 2003, p. 117). Nesse aspecto, em um contexto de Estado social, a saída jurídica encontrada é a relativização da proteção da propriedade através da inserção dos requisitos obrigatórios de regulamentação da política fundiária e urbana. Segundo o disposto no art. 186, a função social deve atender aos requisitos de aproveitamento racional e adequado, a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, a observação da legislação que regula as relações trabalhistas e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Entretanto, conforme ensinamentos de Marés (2003, p. 118–119), mesmo com um texto constitucional abrangente em reconhecer um status de Estado Social, a questão agrária não obteve um destaque renovador, pois não houve um enfrentamento direto sobre a questão da propriedade e do latifúndio. Nesse aspecto, o ponto central que difere a função social da terra em relação à função da propriedade trazida no artigo 186 da Constituição de 1988 é que na função social da propriedade se discute a mercantilização, alienação e exploração da terra diretamente vinculada a capacidade de produção para acumulação de riqueza e produção de mercadorias.

Porém, o critério da função social não delimita concretamente o que é uso racional, tampouco questiona a produtividade da agricultura moderna, que se coloca como hegemônica tanto na exploração da terra quanto do uso dos recursos naturais. Não há delimitações quanto à produtividade alcançada a qualquer custo, inclusive com o uso intensivo de agrotóxicos e a contaminação da biodiversidade. Contudo, embora constatada essa omissão, a proposta da função social estabelece uma nova interpretação sobre o uso da terra e possibilita o questionamento sobre o direito absoluto sobre a terra traduzida em latifúndios.

Diante do dispositivo constitucional, Marés (2003, p. 117) explica o cumprimento da função social é de responsabilidade do titular da propriedade, o qual deve atender simultaneamente todos os requisitos estabelecidos no artigo 186 da Constituição Federal de 1988. No que se refere ao aproveitamento adequado do solo, há uma interpretação sobre os índices produtivos que acaba por ser contraditória nesse modelo de exploração de agricultura. Assim, o princípio da função social pensada estritamente sobre a propriedade também caracteriza o pensamento econômico sobre a agricultura, pois não estabelece o parâmetro de utilização adequada do solo, além de proteger o índice de produtividade alcançada de formas irregulares, inclusive de destruição ambiental.

Conforme interpretação do MST (2013, p. 36), os índices produtivos não podem estar submetidos à lógica do lucro obtido por meio de alienação e exploração das terras e do

ser humano, pois acaba por ser contraditória ao entendimento de função social. Por isso, o MST (2013, p. 36) propõe que a produção deve ser amparada e construída por formas de cooperação agrícola para o desenvolvimento das forças produtivas e sociais, incluindo alternativas de trabalho e de renda a todos os trabalhadores, em especial a juventude e as mulheres.

Marés expõe que a exploração exaustiva da terra também não pode ser interpretada como cumprimento da função social, “por que embora destinada ao uso, a terra cumpre uma função de manter a vida e isto significa cuidado com o meio ambiente e com as pessoas que nela trabalham e vivem, com os rios, florestas e animais” (MARÉS, 2003, p. 125).

A Constituição de 1988 prevê que propriedade privada que não cumpre a sua função social será passível de desapropriação pelo Poder Público Federal mediante prévia e justa indenização, como assegura o artigo 184 e art. 5º, inciso XXIV. Por isso, entende-se que a função social é uma condição para o exercício de propriedade. De acordo com Marés (2003, p. 118), também ocorre um desvirtuamento ideológico da função social da terra, pois sendo a desapropriação uma previsão legal, a existência de indenização não configura em sanção, pois “O proprietário da terra cujo uso não cumpre a função social não está protegido pelo Direito, não pode utilizar-se dos institutos jurídicos de proteção” (MARES, 2003, p. 117). Por isso, de acordo com o autor, a previsão da função social carrega similaridades com a Lei do Estatuto de Terras, “Esta interpretação anula a consequência porque transforma a ausência do cumprimento da função social em mais uma razão de desapropriação, como na velha Lei de 64” (MARES, 2003, p. 118).

Por isso, da análise da obra de Marés é possível sintetizar que a interpretação da função social deve ser feita à luz do feixe dos direitos fundamentais, sociais e coletivos e não apenas do direito fundamental da propriedade, pois é preciso considerar que a concentração da terra em latifúndio é o centro das complexidades relacionadas às questões de conflitos e disputas de terras. A democratização da terra é fundamental para assegurar direitos culturais e econômicos aos povos do campo, além de dinamizar os meios de produção. Essas dinâmicas podem ser vistas nas diversas experiências com produção de alimentos que se fortalecem mutuamente e interligam dinâmicas culturais de produção, como troca ou doação de produtos, ou por intermédio das feiras agroecológicas, das festas das sementes crioulas e nas relações de comércio solidária estabelecida através de organização entre campo e cidade. Além disso, essas experiências também valorizam o trabalho das mulheres camponesas, fortalecendo a sua autonomia, pois criam alternativas concretas de comercializar os produtos oriundos de seu

trabalho, potencializando condições de produção e comercialização e rompendo com a relação de submissão patriarcal.

Conforme os ensinamentos de Marés (2003, p. 121), o princípio da função social também pode ser interpretado a partir do caráter sócio ambiental, pois também dialoga com a preservação do ecossistema no tocante à proteção do meio ambiente de acordo com os objetivos de preservação e respeito ao meio ambiente de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações futuras (art. 125 da CRFB/88). Dessa forma, o caráter fundamental da função social não pode ser medido através da interpretação que confunde rentabilidades com lucratividade, alcançadas através da difusão de pacotes agrícolas de consumo de agrotóxicos. Mas deve ser alcançada pela concepção de que a função social se realiza pelo uso correto da terra, que se traduz pela diversidade de cultivos, do respeito e reconhecimento aos saberes camponeses, o cuidado com o bem comum, as águas e as florestas.

No que tange ao uso, Marés (2003, p. 115-118) ensina que a função social deve ser interpretada como relativa ao bem, ou seja, ao uso adequado da terra inclui o protagonismo de sujeitos coletivos, e por isso a Constituição assegura a garantia de acesso aos povos tradicionais, camponeses, quilombolas, indígenas, homens e mulheres que desempenham a reprodução da vida. Assim, a função social deve ser interpretada sob o prisma da Constituição Cidadã de 1988, onde a proteção do ser humano inaugura uma concepção sociológica, política e jurídica sobre os novos as/os sujeitas/os de direitos, onde o direito coletivo se sobrepõe aos direitos individuais.

A questão central na obra de Marés (2003, p. 19 - 18) é que o sistema jurídico criou a propriedade privada como abstração humana, segundo o autor, é uma invenção que surge dos ideais da Revolução Francesa no século XVIII para garantir a racionalidade de projeto mercantilista. Nesse sentido, o autor (2003, p. 116) explica que por ser a propriedade uma abstração, não se pode aplicar o conceito de função social para a propriedade, pois quem cumpre a função social é a terra mediante um processo permanente de proteção dos recursos naturais, culturais e de garantia de continuidade das gerações futuras.

Por isso, a terra não pode ser reduzida a um mero título, pois deve estar acessível a todos e a serviço do bem-estar social e do meio ambiente sadio e equilibrado. Logo, é questionável que propriedades privadas que estejam a serviço do capital financeiro, ou que lancem mão de práticas que degradam ou maltratam a vida de seres humanos e da natureza, possam ter função social.

O conceito da função social da terra equipara o uso da terra como um bem para a reprodução da vida, através da exploração agrícola que esteja em harmonia e equilíbrio com o ecossistema como as experiências de agricultura agroecológica, além do respeito às tradições culturais e os conhecimentos populares dos povos e grupos coletivos que preservam a tradição das sementes crioulas, as práticas tradicionais de preservação das plantas e ervas medicinais, os saberes populares tradicionais que convivem com múltiplas formas de vida de biodiversidade.

Na realidade quem cumpre uma função social não é a propriedade, que é um conceito, uma abstração, mas a terra, mesmo quando não alterada antropicamente, e ação humana ao intervir na terra, independente do título de propriedade, que o Direito ou o Estado lhe outorgue. Por isso a função social é relativa ao bem e ao seu uso e não ao direito (MARÉS, 2003, p. 116).

Deste entendimento extrai-se que a terra é a única detentora da função social, de acordo com Jeanet Stefaniak (2003, p. 118), o projeto do MST em relação à produtividade da terra deve atender aos requisitos de produção de alimentos, preservação da biodiversidade e principalmente garantia de acesso de condições de vida. Nesse aspecto, como proposta do cumprimento da função social da terra, apontamos aqui a proposta de reforma agrária popular inclusiva pautada pelo MST, que tem como objetivo principal agregar novos valores ao conceito da função social da terra, como a agroecologia, o cooperativismo e o empoderamento das mulheres no campo através do reconhecimento da identidade da mulher camponesa como sujeita na construção social.

De acordo com João Pedro Stédile (1997, p. 46), o projeto político do MST se contrapõe ao modelo vigente de legitimação da propriedade, pois o ordenamento jurídico não deve estar centrado somente na funcionalidade da grande propriedade rural, mas também organizar uma reestruturação agrária que possibilite o acesso à terra por milhares de mulheres e homens camponeses, e em que o direito da propriedade estenda-se aos interesses da sociedade. E também deve ser inclusiva no tocante à organização da produção de alimentos “na garantia de que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores [...] e o desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais” (STEDILE, 1997, p. 46).

De acordo com Jeaneth Nunes Estefaniak, “Para o MST, a propriedade da terra é ‘função’, no sentido de que ela deve estar subordinada às necessidades de todos, não podendo existir desvinculada da sua finalidade social” (STEFANIAK, 2003, p. 124). Nesse aspecto, a

terra deve ser compreendida como a ferramenta de inclusão social, da prática da agricultura saudável e sem agrotóxicos, de manutenção da cultura, da religiosidade, da formação educacional, da preservação socioambiental e de política e relações humanizadas de trabalho.

Roseli Caldart explica que a reforma agrária popular “indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra” (CALDART, 2013, p. 3). Assim, ao refletir sobre a função social da terra e a reforma agrária popular, busca-se a compreensão da existência de um novo padrão de uso e posse da terra, e aponta a capacidade de integrar a mulher na agricultura como produtora de alimentos eliminando a ideia fixa de valorização hierarquizante do homem como produtor de monocultura, rompendo com o senso comum de que a produção da mulher é uma extensão do trabalho doméstico.

Por isso, o MST tem pautado uma relação mais igualitária nos assentamentos da reforma agrária, incluindo a importância do trabalho da mulher camponesa no que se refere às práticas agroecológicas vistas como um modelo correto de agricultura, que atende aos critérios simultâneos de cumprimento da função social da terra, seja ela na perspectiva da preservação ambiental e do respeito às relações de trabalho ou da produção ecológica e ambiental e do respeito à dignidade humana.

Nesse sentido, é possível afirmar que o conceito de reforma agrária popular também dialoga com o conceito da função social da terra teorizado por Marés, pois são similares na compreensão de que a terra só é função se estiver sendo feito o uso adequado e disponível para a reprodução da vida em todos os seus ecossistemas. Como vêm colocando os movimentos sociais do campo sobre o debate da agroecologia, delineando como uma proposta renovadora e de ruptura ao modelo tradicional agrícola, ao tempo que também é considerado um potencial de construção da soberania alimentar.

3 GÊNERO E AGROECOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Este capítulo objetiva apontar a importância do feminismo popular e camponês na luta pela terra no Brasil, ressaltando as práticas das mulheres que contribuem para a consolidação do modelo de agricultura pautada na agroecologia. Nas últimas décadas, tem se destacado a visibilidade social e política das mulheres camponesas em relação a suas lutas por demandas específicas que estão relacionadas aos direitos no campo. Essas lutas buscam romper com a estrutura hierárquica sobre a participação das mulheres no meio produtivo rural, a qual tem como fator histórico as relações de submissão à posição social de gênero construída na ideia da supremacia do homem sobre a mulher.

Heleieth Saffioti (2013, p. 263-264) explica que as relações de poder social no campo são embasadas por princípios morais e religiosos que terminam por naturalizar o jugo do homem sobre a mulher através do poder familiar que decorre das tradições coloniais. Relações estas que desencadeiam as desigualdades em relação à forma de organização do trabalho familiar e as desigualdades sobre a distribuição dos bens materiais, as quais são estruturadas e administradas pelo homem. Ao tratar da questão da mulher rural, Saffioti (2013) argumenta que a “a família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial” (SAFFIOTI, 2013, p. 264).

Nesta mesma compreensão, Maria Moraes Silva, na obra História das Mulheres no Brasil (2012), ao fazer o resgate da figura da mulher bóia fria no campo, aponta que “a organização do trabalho - a alocação dos diferentes membros da família no trabalho - cabia ao homem. Sendo simultaneamente chefe da família e do trabalho, seu poder atingia a todos os membros, transformando filhos e mulher praticamente em *seus* trabalhadores” (SILVA, 2012, p. 557).

Dessa forma, as autoras trazem à tona o elemento principal sobre a hierarquia sexual que se se instalou no campo como base de poder e que colocou a mulher como uma categoria inferiorizada e marginalizada pela condição do sexo. Conforme a análise de Silva (2012, p. 564), dessa hierarquização emerge a história da condição de exploração, opressão e dominação da mulher, seja pela marginalização trabalho, pela classe, gênero e raça/etnia.

Na concepção teórica proposta por Heleieth Saffioti (2013, p. 58-61), os fatores condicionantes para a marginalização do trabalho das mulheres estão intimamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo, devido à hierarquização da sociedade pela divisão em

classes sociais. A autora adota o trabalho como fio condutor de análise para a compreensão sobre os problemas das mulheres enquanto categoria de gênero na sociedade, nessa perspectiva, a divisão social é estabelecida enquanto classe, raça e gênero. Em suas palavras, “o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Ao trazer a análise para o contexto do campo, há que se considerar a realidade histórica da divisão sexual do trabalho, questão central para nosso entendimento acerca dos problemas que envolvem as mulheres camponesas:

De acordo com a divisão sexual do trabalho, aos homens é destinada a esfera produtiva, onde os trabalhos realizados são valorizados e remunerados (ou geradores de renda); e as mulheres é destinada a esfera reprodutiva, onde o trabalho realizado não gera renda, e portanto, não é valorizado (MARGARIDAS, 2019, p. 8).

Mesmo na agricultura familiar, onde a produção é voltada para a família, existe a estrutura hierárquica familiar centrada na figura masculina, sendo que o “modelo patriarcal de família é bastante marcado e se organiza dentro de uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres” (MARGARIDAS, 2019, p. 10), prevalecendo uma separação entre a roça e o quintal. Ou seja, o trabalho da mulher camponesa está *subsumido*³ ao âmbito familiar, voltado para o consumo de alimentos. Assim, por influência do patriarcado, a divisão sexual do trabalho faz com que as atividades das mulheres, como a produção da horta, o cuidado com o pomar e a criação de pequenos animais, seja uma atividade vinculada como extensão das atividades domésticas, enquanto que o trabalho dos homens, dedicado exclusivamente para a roça voltada para o comércio, seja qualificado como trabalho produtivo, por ser a fonte de remuneração em dinheiro.

³ O termo subsumido é usada pelo marxismo e é colocado aqui como referência do trabalho das mulheres no contexto doméstico, trabalho esta que não é considerado como produção de mercadorias, mas por outro ponto de vista é um trabalho de exploração que se constitui em opressão econômica das mulheres no âmbito doméstico, afastando-as da produção central para o capitalismo. Como os produtos do trabalho doméstico são a extensão da reprodução social, não são traduzidos como mercadoria, de forma que o sistema patriarcal compreende que processo de trabalho doméstico não está sujeito à operação da lei do valor e por isso o capitalismo se apropria desse trabalho, ao mesmo tempo que também é dependente dele para a continuidade da reprodução do trabalho mercantilizado. Assim, para o capitalismo o trabalho de cuidados com a comida, a roupa, e a família realizado pelas mulheres é essencial para que os homens estejam disponíveis para a produção de mercadorias (BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista, Zahar, ano, p. 384 - 385).

A autora analisa que o capitalismo inaugurou uma nova ordem social no mundo do trabalho, onde as mulheres foram inferiorizadas pelo processo de individualização do modo de produção capitalista.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contraria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013 p. 65, 66).

Nessas circunstâncias, trazendo para o meio rural, a marginalização da mulher está embasada no desenvolvimento das forças produtivas pensada na concepção da propriedade privada, a qual se tornou a efetivação das condições materiais de produção do capitalismo no campo. Nesse ponto, a questão da propriedade privada dos meios de produção também é um dos pontos de reflexão, pois se concentrou apenas na figura dos homens, as mulheres tendo acesso apenas através do casamento, situação em que o não recebimento da terra por parte das mulheres era justificado pela possibilidade de o marido tê-la como herança, como apontam Maria Catarina Zanini e Miriam de Oliveira Santos (2013, p. 89). Importante lembrar que o Código Civil de 1916 legitimou a supremacia do homem como gestor administrativo da mulher, caracterizando-a como relativamente incapaz, pois, em conformidade com a tradição jurídica, as mulheres eram incapazes de exercer certos direitos e promover atos legais, legalizando assim que elas fossem tuteladas pelos maridos.

Dessa forma, explica-se que a apropriação da força do trabalho feminino no campo se deu através de funções básicas dos padrões patriarcais de organização familiar, “a família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial” (SAFFIOTI, 2013, p. 264). Segundo a autora, a questão da propriedade se caracterizou como um ponto de sustentação essencial para a dominação do homem sobre a mulher, partindo do momento em que o homem figurou como o centro estrutural das relações familiares. Para Maria Silva (2012, p. 555-556), desde o período escravocrata, a propriedade territorial se constitui como privilégio dos homens, caracterizando-os proprietários de terras e detentores de poder familiar, administrativo e político.

Assim, a dinâmica da estrutura familiar no campo está ligada a uma ordem amparada em bases econômicas, em que o chefe de família exerce autoridade sobre a mulher e a geração dos filhos, autoridade essa que é sustentada na legitimação da autoridade patriarcal onde o chefe de família detém para si a função de administrar os bens econômicos de produção. Por outro lado, é preciso considerar que dentro da unidade familiar prevalece a divisão sexual do trabalho, a qual que designa aos homens a responsabilidade de provedores familiares e encarregados do trabalho produtivo na roça, enquanto que às mulheres são delegadas as tarefas de reprodução familiar e do trabalho doméstico, além da famosa “*ajuda na roça*”. Nesse aspecto, a divisão sexual do trabalho legitima o papel dos homens como gestores da família, diminuindo o trabalho das mulheres.

A divisão sexual do trabalho é uma das formas de expressão do machismo e marginaliza as mulheres camponesas no âmbito produtivo através da “compreensão” de que a roça é um espaço dos homens, cabendo a estes a organização da roça e gestão familiar, enquanto que os trabalhos da casa acabam por serem “considerados” como de responsabilidade apenas das mulheres.

Esse pensamento sintetizou o cotidiano do trabalho das mulheres na produção agrícola no contexto da agricultura familiar como um trabalho sem valor financeiro aparente, explicando de certa forma a vinculação da dependência econômica em relação ao homem, visto que este é o sujeito administrador das vendas e dos recursos financeiros. Assim, uma vez comercializada a safra, a divisão dos lucros acaba não chegando até as mulheres, resultando na marginalização da divisão dos bens de produção ou na divisão dos frutos do trabalho, condicionando-a a sobreviver com recursos escassos ou sem nenhum recurso financeiro em espécie. Maria Silva aponta que,

Num primeiro momento, as mulheres colonas cumpriam seus papéis de produtoras de braços para as lavouras de café, sob a batuta do pai-marido-patrão. A organização do trabalho baseada na unidade familiar representava para os fazendeiros inúmeras vantagens, dentre elas que a divisão sexual do trabalho era uma forma disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho (SILVA, 2012, p. 574).

Para além da desvalorização do trabalho da mulher no campo, no âmbito familiar, inclui-se história de subordinação à concepção do regime patriarcal de gênero também no âmbito externo. Nesse aspecto, a propriedade da terra está relacionada à detenção dos meios de produção, os quais são de propriedade exclusiva dos homens, dessa forma, a terra como propriedade é um bem de produção sob o domínio da estrutura patriarcal/social, contribuindo

para a desvalorização e subordinação da mulher ao homem. Ou seja, a propriedade privada da terra pode ser compreendida como a base social de exploração da mulher pelo homem ao considerar que a leitura jurídica do início do século enxerga a mulher como uma pessoa desprovida e incapaz de desempenhar um papel social de gestão produtiva ou administrativa sem passar pela tutela do homem, considerado o gestor da família.

Essa dominação acabou por originar todas as demais formas de desigualdade e de opressão social às mulheres, submetendo-as ao poder masculino tanto no âmbito público como no privado. Conforme se extrai das leituras de produção dos movimentos sociais do campo como os cadernos e cartilhas de formação de gênero que tratam sobre as mulheres camponesas⁴, estas sempre foram responsáveis pelo cultivo de hortas, pomares, plantas medicinais e da criação de pequenos animais, garantindo a subsistência da família, contrariando o senso comum de que o trabalho das mulheres é apenas uma “ajuda”. Pelo contrário, elas são as responsáveis pela produção de alimentos, além de mantenedoras de toda a família através dos cultivos realizados no entorno da casa, pois esses trabalhos complementam a cadeia alimentar familiar.

Feita essa contextualização, passamos agora a tratar da luta das mulheres e do processo de construção do feminismo popular e camponês no enfrentamento contra as desigualdades, o capitalismo e patriarcado no campo, esse processo formativo vem mobilizando as mulheres do campo, das águas e das florestas em suas reivindicações.

3. 1 A LUTA DAS MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

O movimento de luta feminista das mulheres do campo e de combate ao patriarcado inicia-se a partir da década de 80 a partir da percepção de que as mulheres do campo sofrem opressão de gênero em seu cotidiano. Essa percepção também descortina a influência patriarcal na realidade agrária como um padrão de dominações sociais que se estendem para além da dimensão privada dos núcleos familiares. “Por isso, elas percebem que precisam se

⁴ Para uma leitura de conhecimento sobre o tema, indicamos o conjunto de publicações, resultados das sistematizações dos debates temáticos, realizados com mulheres acampadas, assentadas e militantes do MST nas regiões Amazônica, Nordeste, Sudeste, Centro Oeste e Sul, condensados nos Cadernos de Formação de Gênero I, II e III, elaborado e organizado pelo Setor de Gênero do MST, Imprensa Lunagraf, Curitiba/PR, 2015.

organizar em movimentos autônomos de mulheres camponesas, essa compreensão política brota por todo o país na década de 1980” (MMC, 2018, p. 6).

Inicialmente, o debate ao enfrentamento da violência de gênero no campo foi construído com o apoio de movimentos sociais do campo e entidades sindicais e/ou religiosas que auxiliaram na inserção do diálogo sobre a temática de gênero. A partir de então, as mulheres camponesas vêm se fortalecendo na construção e organização de um movimento popular de feminismo no campo e englobando diversos eixos políticos diretamente ligados ao contexto da mulher camponesa. De acordo com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil, 2018, 5-10), o movimento feminista popular e camponês tem por elemento central a busca pela transformação das desigualdades interligando a preservação às características de identidade de mulheres camponesas. Além disso, a luta do feminismo camponês inclui a luta contra o capitalismo no campo por entender que está assentado sobre a luta de classes, raça e gênero, tendo como horizonte final a ruptura de todas as estruturas patriarcais “Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra” (MMC, 2018, p. 6).

Conforme o MMC (2018, p. 5 - 12), a organização dos movimentos de camponesas nasce da organização de grupos de formação e de estudos vinculados a associações, organizações ou ainda por intermédio de movimentos religiosos, como círculos bíblicos alinhados à teoria da libertação e inseridos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBis)⁵. Dessa forma, as mulheres camponesas se fortalecem através de processos organizativos em âmbito nacional contando com experiências das mulheres organizadas em movimentos sociais do campo, que destacaram um acúmulo organizativo e político na construção da autonomia do movimento. Esse acúmulo tem demarcado um posicionamento de feminismo que visa o enfrentamento ao capital através da articulação de diversos eixos políticos em defesa da igualdade de gênero, do território, das sementes, das águas, da floresta, da liberdade e autonomia do corpo feminino, bem como por meio de debates que demarcam a luta no campo como agroecologia, soberania alimentar e autonomia dos povos do campo.

⁵ As comunidades Eclesiais de Base (CEBIS) foi um movimento que nasceu no seio da igreja católica que pensavam os problemas sociais a partir da leitura bíblica e conjugavam fé e religião com ação política.

E nesse sentido, elas definem também os rumos políticos do movimento, tendo como premissa fundamental a libertação das mulheres de todas as formas de exploração e de dominação no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Assim, o movimento feminista e camponês assume a postura que o movimento nasce pela organização das mulheres e que o enfrentamento ao patriarcado também será feito por elas próprias.

Ainda nessa perspectiva, Maria Lugones (2014, p. 940) aponta as bases teóricas do feminismo descolonial, argumentando que “o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” (LUGONES, 2014, p. 940). Assim, a proposta teórica de Lugones busca evidenciar que o feminismo descolonial tem como premissa básica a denúncia sobre a colonialidade de gênero, mas também a resistência em torno do respeito e da valorização dos saberes e da diversidade. Em suas palavras: “Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento” (LUGONES, 2014, p. 949). Nessa linha, a autora frisa a importância de resistência do feminismo, mas também ressalta a necessidade de reflexão sobre as diferentes situações de exploração e de colonialidade.

O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendemos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apaga-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar o seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 948).

Os elementos teóricos trazidos por Lugones apontam a resistência sobre as diferenças coloniais através da construção e valorização da diversidade, mas, principalmente, a partir da compreensão do mundo e das desigualdades através do debate interseccional e do enfrentamento ao capital colonial. Esses apontamentos de Lugones, na perspectiva de enfrentamento ao capital, da resistência ao modelo de dominação do agronegócio e, principalmente, o entendimento de que as opressões de gênero estão diretamente imbricadas com o modelo capitalista de produção, também estão presentes nas pautas políticas e do movimento feminista camponês e popular desde a sua origem. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o feminismo surge:

No desafio da construção de gênero, temos acumulado processos no sentido de demarcar um posicionamento político na perspectiva de um Movimento Feminista das Trabalhadoras, das Camponesas, das Indígenas e, portanto, um Feminismo articulado com a Classe Trabalhadora (MST CADERNO DE FORMAÇÃO, DE GÊNERO, 2014, p. 3).

O MST, no âmbito do Setor de Gênero, pensa o feminismo popular como uma mudança estrutural da sociedade e defende que o enfrentamento das desigualdades de gênero também inclui a luta contra as desigualdades raciais, étnicas e classe. Considerando ainda que para as mulheres camponesas o feminismo também envolve a luta pela territorialidade, de forma que “A luta pela emancipação das mulheres tem que estar lado a lado da luta pelo fim da propriedade privada, pelo direito à Terra e ao Território, pela Reforma Agrária, contra as transnacionais, contra os transgênicos, contra os agrotóxicos, pelo fim das grandes mineradoras, etc.” (MST CADERNO DE FORMAÇÃO 2, 2015, p. 3).

De acordo com Ana Terra Reis, a perspectiva do movimento feminista camponês no âmbito do MST, entende que a condição de dominação e exploração da mulher do campo, enquanto gênero está diretamente ligada ao modelo agrário de exploração capitalista, conforme explica a autora,

No campo, mensurar as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, camponesas e assentadas é ainda mais difícil, diante do avanço do capital travestindo o latifúndio em agroindústria moderna, com intensiva exposição aos agrotóxicos, condições degradantes de trabalho, destruição do meio ambiente e da biodiversidade, gerando concentração de terras e de renda na produção de mercadorias primárias para a exportação de commodities (REIS, 2019, p. 219).

Dessa forma, a luta do feminismo camponês está inserida em diferentes contextos e desafios e se estende também contra um modelo de dominação e de exploração que está diretamente envolvido no modelo de produção de agricultura de mercado, o qual explora também homens pobres, negros, boias frias e os não proprietários ou despossuídos de terra. Esses mesmos homens que são explorados pelo capital no âmbito interno familiar terminam por reproduzir a exploração sobre as mulheres. Ou seja, estes por um lado sofrem a exploração do capital e são lesados do direito de posse e da propriedade privada, sendo obrigados a vender a sua força de trabalho para o capitalista proprietário e, por outro lado, também oprimem as mulheres da família e seus filhos no convívio privado. Conforme Segato:

Porque as agressões que a mulher sofre na violência e o abuso cotidiano da casa com novas formas informais de guerra, são o termômetro que permite diagnosticar os trânsitos históricos da sociedade como um todo, É por isso que deveríamos poder exigir a restituição da plenitude ontológica dos espaços da vida feminina e a capacidade e o direito das mulheres de expressar o interesse geral a partir de seus preceitos (SEGATO, 2016, p. 95, tradução livre).

As mulheres camponesas lutam contra uma dupla opressão e exploração que se estende para além das dimensões internas do âmbito familiar, pois o MST, embora seja um movimento de classes, não está livre do machismo em suas bases, seja por que o machismo é estrutural na sociedade, seja porque ainda há muitas lutas a serem travadas pelas mulheres. De forma que o feminismo camponês e popular inclui o empoderamento das mulheres no âmbito interno dos lotes da reforma agrária e nas relações sociais de gênero dentro dos assentamentos e acampamentos.

A luta das mulheres camponesas também se dá contra o Estado nas reivindicações por direitos sociais no campo, considerados temas centrais para os movimentos populares do campo que vão desde a democratização da terra e o acesso de políticas públicas de permanência no campo, ao enfrentamento direto ao modelo de agricultura de acumulação de terra e de capital no meio rural. De acordo com Ana Terra Reis, “Neste início do século, ficou evidente o posicionamento do Estado brasileiro no fortalecimento do agrohidronegócio, disputando as melhores terras e as melhores condições de acesso à água no campo para a produção de commodities agrícolas” (REIS, 2019, p. 219).

Em termos de organização política, o movimento feminista camponês está articulado em todo o Brasil através do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e se auto afirma como um movimento autônomo de mulheres camponesas, considerando sempre que as mulheres do campo enfrentam desafios específicos nos espaços rurais. O feminismo camponês, a nível nacional é composto por diversos movimentos populares do campo, dentre outros, o Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, como explica Rosana Longo (2015, p. 162). Também, está organizado a nível internacional por meio da Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) representadas pela VIA CAMPESINA⁶, um

⁶ Para uma melhor compreensão acerca da Via Campesina e de seus eixos de atuação e incidência política indica-se o texto de Bernardo Mançano Fernandes, publicado no site Enciclopédia Latino Americana. Disponível em: ><http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina><. Acesso em: 16 de out. 2019.

importante movimento social de articulação internacional dos movimentos populares sociais do campo.

Seguindo o raciocínio de Ana Terra Reis (2019, p. 220-221) o MST pensa o debate de gênero a partir da concepção interseccional, também explicando as contradições do capital e os impactos causados por este na vida das mulheres.

A organização das mulheres parte do reconhecimento que a classe trabalhadora se constitui de diferenças de gênero, raça, étnicas, culturais e geracionais. Portanto, torna-se necessário entender como as mulheres participam e como se vinculam aos processos de luta, dialogando com a realidade comum das mulheres de enfrentamento à lógica do capital. Neste sentido, a Via Campesina define esta elaboração como Feminismo Camponês e Popular (REIS, 2019, p. 222).

Ou seja, em termos teóricos, o feminismo camponês nasce de um acúmulo organizativo e político das mulheres nos movimentos sociais do campo a nível internacional. Esse movimento se projetou numa perspectiva camponesa e popular devido a características que são próprias das mulheres camponesas e que interligam a luta contra a violência e a busca por emancipação através do reconhecimento identitário da mulher camponesa. Ainda, se articula contra o sistema capitalista de produção no campo por entender que este é o fator gerador da opressão sobre as mulheres camponesas decorrente do modus operandi de domínio da exploração do trabalho, dos recursos naturais e ecológicos sobre os territórios e, por isso, para o MST a luta contra essas violências também é revolucionária.

Ressalta-se que o feminismo camponês reconhece as existências de outros Feminismos e de suas contribuições históricas, entretanto, a expressão “Feminismo Popular e Camponês” se dá pelas especificidades de resistência de classe social e politização conforme a classe trabalhadora se constitui de diferenças de gênero, raça, étnicas, culturais, conforme coloca Reis (2019, p. 222). Nesse aspecto, o feminismo camponês e popular, ao se colocar no enfrentamento ao capital, dialoga com o feminismo decolonial, colocado por Maria Lugones, na perspectiva de que o enfrentamento inicia-se quando há o entendimento e as percepções de que a exploração do trabalho, a subalternidade, a divisão sexual do trabalho, a dupla jornada, são questões específicas determinadas pela hierarquia de gênero.

No campo de lutas do feminismo camponês e popular, a decolonialidade pode ser percebida na construção feminista de caráter popular, na projeção das pautas feministas, na emancipação das mulheres e, principalmente, na reafirmação da identidade camponesa, como ensina Ana Terra Reis (2019, p. 222). De acordo com a autora, “Torna-se necessário entender

como as mulheres participam e como se vinculam aos processos de luta, dialogando com a realidade comum das mulheres de enfrentamento à lógica do capital” (REIS, 2019, p 222).

De acordo com o Caderno de Formação de Gênero nº 3 elaborado pelo Setor de Gênero do MST, “nos posicionamos como mulheres feministas que tem a consciência de que a igualdade substantiva, plena, nas relações de gênero não é possível de ser alcançada inteiramente nos marcos do capital” (MST 2015, p.3). Sendo assim, em termos conceituais, o movimento é feminista por que objetiva a luta pela liberdade e autonomia das mulheres e pelo fim das desigualdades; camponês porque as sujeitas protagonistas são as camponesas, são essas mulheres que tem sua vida ligada ao rural que trazem a experiência e o respeito às diversas formas de vida como elementos da construção teórica do movimento, “E assim somos sujeitas da luta por um projeto de agricultura popular, camponesa e agroecológica com perspectiva feminista” (MMC, 2018, p. 11); e popular (MMC, 2018, p. 32-33) porque essas mulheres, de modo amplo, assumem o desafio da construção de um projeto popular de agricultura pela defesa da agroecologia em contraposição ao agronegócio, isto é, a construção de uma nova sociedade para além do capitalismo, incluindo também o enfrentamento das desigualdades de gênero, étnicas e raciais.

O feminismo camponês tem como característica principal o diálogo nas dimensões entre a luta emancipatória por direitos e a luta pela participação política das mulheres, se contrapondo a toda forma de opressão e discriminação. De certa forma, o feminismo camponês e popular surge com a proposta de repensar o campo por meio de ações práticas que também demonstrem a preocupação com o social e meio ambiente através de denúncias contra o domínio do mercado do agronegócio e da expansão das empresas multinacionais na produção de agrotóxicos e das sementes transgênicas. Sobre o assunto, disserta Maria Ignez Silveira Paulilo: “Consideramos de grande importância a contribuição das agricultoras brasileiras para desurbanizar as pautas, para levar o mundo a discutir a soberania alimentar, a se preocupar com a distribuição masculina e concentrada da terra e outras questões mais” (PAULILO, 2016, p. 310). A autora aponta que:

Também a luta das agricultoras tem sido uma luta muito colada às suas práticas cotidianas, está inserida em um “mundo da vida” e, talvez por isso, nem sempre os conceitos que foram cunhados ao longo de muitas décadas de hegemonia dos feminismos urbanos conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas (PAULILO, 2016, p. 312)

O feminismo popular e camponês também se constitui de elementos intrínsecos que direcionam reflexões que compreendem a luta pelas igualdades através de suas práticas cotidianas que trazem à tona as questões de classe, da pobreza no campo e da luta pela superação das desigualdades sociais.

Assim, é preciso reafirmar constantemente que a busca pela participação igualitária nos espaços institucionais não é capaz de superar a desigualdade socialmente construída, sendo necessário buscar formas de superação que promovam a emancipação feminina e uma destas formas, é a luta pelo acesso às políticas públicas (REIS, 2019, p. 216).

A questão da opressão de gênero no âmbito público também interliga fatores como falta de acesso à terra ou, quando há este acesso, falta de acesso a políticas públicas consideradas como incentivadoras na efetivação do trabalho das mulheres, fatores que nos assentamentos causam o retorno ao ciclo de produção familiar fundado nos padrões tradicionais de agricultura patriarcal. De acordo com Segato, quando se trata de pauta de mulheres, estas tendem a serem tratadas de forma minorizada;

O termo da ‘minorização’ refere –se à representação das mulheres no pensamento social: minorizar refere –se aqui tratar as mulheres como ‘menores’ e também a encurralar seus problemas na esfera do íntimo, do privado e, especialmente, do particular, como questão minoritária (SEGATO, 2016, p. 91, tradução livre).

Para além do mundo do trabalho, politicamente as mulheres também acabam por serem inviabilizadas em diversos contextos, inclusive nas lutas populares das quais poucos são os registros das mulheres que se protagonizaram como lutadoras do campo. Segato (2016, p. 92 - 93) aponta a dualidade complexa que envolve a luta das mulheres dentro das perspectivas do feminismo e da luta dentro de seu mundo particular, em suas palavras:

As mulheres, como sujeitas enraizadas politicamente, sujeitas comunitárias, não são vulneráveis a essa captura, e seu conflito de lealdade existe, mas assume outra forma: defender lealmente os padrões de existência de seu povo sem abdicar de suas próprias reivindicações como mulheres. (SEGATO, 2016, p. 93, tradução livre).

Conforme visto anteriormente, o campo é um espaço onde se desencadeiam diversos conflitos, tanto na perspectiva familiar quanto na perspectiva social, e onde o patriarcado se constitui como uma forma de dominação social. Entretanto, para as mulheres camponesas, vale lembrar que a luta pelo acesso à terra é marcada pelo enfrentamento à concentração da propriedade privada, denominada latifúndio, pois, o latifúndio também gera violação de

direitos sobre as mulheres tanto no aspecto do trabalho quanto no aspecto social. Pois, conforme visto anteriormente, a forma de produção da agricultura no latifúndio fundada no sistema de monocultura é altamente excludente, uma vez que este sistema retira as pessoas do campo para instalar um modelo de produção mecanizado com uso intensivo de agrotóxicos, causando a exploração da terra para produção de mercadorias para exportação. Para isso, o latifúndio precisa de mão de obra especializada e muita tecnologia, o que impõem sérios desafios às mulheres camponesas, pois estas, em sua maioria, possuem baixa escolaridade, refletindo diretamente em sua inserção no mercado de trabalho.

Em contraposição a esse modelo, o feminismo popular e camponês se posiciona em defesa da agroecologia como um modo de vida, do respeito às relações entre seres humanos e à biodiversidade, do cuidado com o meio em que se vive, isso tudo somado ao enfrentamento à cultura do machismo no campo, conforme coloca o Movimento das Mulheres Camponesas:

Mas têm aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o MACHISMO existe na nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado, essa também é uma tarefa da Agroecologia, pois sem respeito e valorização do trabalho de homens e mulheres não tem como existir uma relação de integração com a natureza de forma agroecológica (MMC, 2018, p. 24).

Nesse sentido, o feminismo popular se propõe a construir a visibilidade da luta da mulher pela terra, e articular o enfrentamento a todas as formas de dominação que no campo é mais amplo que a dominação familiar. Assim, o feminismo no campo se constrói a partir de lutas contra o latifúndio e o agronegócio, mas também no debate pela visibilidade das pautas das mulheres negras, do combate à pobreza através do acesso a políticas públicas e no reconhecimento e protagonismo das mulheres nas lutas diárias nos assentamentos da reforma agrária.

Daí o grito: “Sem Feminismo não há agroecologia”.

3.2 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR E A PRÁTICA DA AGROECOLOGIA

As mulheres sempre participaram ativamente do processo histórico da reforma agrária, sem, contudo, serem vistas como sujeitas protagonistas e tampouco se tornavam titulares das terras conquistadas. Embora presentes no fator central do trabalho e de participação das lutas populares, até o século XX poucas foram as mulheres lembradas como parte da história da luta pela terra.

Dos registros e memórias populares, algumas figuras importantes se destacam no processo, como Dandara dos Palmares⁷, lutadora negra que lutou no estado de Pernambuco ao lado de Zumbi dos Palmares na resistência contra a escravidão e pelo território quilombola durante o período colonial, conhecido como o maior e mais organizado quilombo brasileiro em termos políticos.

Conforme reportagem exibida pelo jornal eletrônico Brasil de Fato - Minas Gerais, no quadro dedicado às “mulheres cabulosas da história”, destaca-se o trabalho da quilombola: “Ela plantava, trabalhava na produção de farinha de mandioca, caçava e lutava capoeira, usava armas para liderar homens e mulheres de resistência do Quilombo” (BRASIL DE FATO/MG, 2017). Entretanto, como tantas outras mulheres, Dandara não foi reconhecida pela história, não como seu companheiro Zumbi dos Palmares, conforme lembra Jarid Arraes na página do Portal Geledés;

Dandara foi esposa de Zumbi e, como ele, também lutou com armas pela libertação total das negras e negros no Brasil; liderava mulheres e homens, também tinha objetivos que iam às raízes do problema e, sobretudo, não se encaixava nos padrões de gênero que ainda hoje são impostos às mulheres. (ARRAES, 2014).

Ainda nessa perspectiva, Elizabeth Teixeira figura como uma mulher forte e destemida, que desde a sua juventude desafiou os princípios da família tradicional conservadora para unir-se a seu companheiro de vida participando ativamente das lutas do movimento das Ligas Camponesas no estado de Pernambuco, como demonstra Isabelle Mendes (2011, p. 15 - 20)⁸. Ainda, temos a figura de Margarida Alves⁹, sindicalista aguerrida na luta pelos direitos da classe trabalhadora camponesa, conforme Rocha Salgado foi

⁷ Para aprofundar sobre a história de Dandara dos Palmares ver a reportagem intitulada “E Dandara dos Palmares, você sabe quem foi?”. Disponível no portal Geledés, no link: ><https://www.geledes.org.br/e-dandara-dos-palmares-voce-sabe-quem-foi/><. Acesso em: 26 de out. 2019.

⁸ Para aprofundar sobre o histórico de vida e militância de Elizabeth Teixeira ver o documentário “Um cabra marcado para morrer” sob a direção de Eduardo Coutinho. Disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?v=WbryGeN6Xgg>< Acesso em: 27 de set. 2019. E o documento “Elizabeth Teixeira – mulher, mãe e militante, Isabelle Mendes (org). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/VER%20COM%20EXPRESS%C3%83O%20PUBLICOU%20ELIZABETH%20TEIXEIRA-finaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf><. Acesso em: 27 de set. 2019.

⁹ Para aprofundar os conhecimentos sobre a vida de Margarida Alves, ver a reportagem organizada por ROCHA, Guilherme Salgado. Margarida Alves, Ed Salesiana Dom Bosco, São Paulo, 1996. Disponível em: ><http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Construtores-da-Justi%C3%A7a-e-da-Paz-Margarida.pdf><. Acesso em 27 de set. 2019.

assassinada por que “denunciava que, no Estado da Paraíba, era muito frequente o desrespeito à legislação trabalhista” (ROCHA, 1996, p. 6). Emma Siliprendi (2015, p. 111) lembra que após a sindicalista ser assassinada por pistoleiros em 12 de agosto de 1983, a mando de latifundiários do setor usineiro, Margarida Alves é lembrada como símbolo do envolvimento das mulheres na luta camponesa. E daí vem o nome da Marcha das Margaridas que representa o movimento do feminismo camponês e popular.

Essas mulheres desafiaram o poder patriarcal, instituído como homogêneo, e demonstraram a capacidade da mulher camponesa de mobilização e de desafios ao patriarcado, ao mesmo que tempo proporcionaram um enorme patrimônio de sabedoria e conhecimento, deixando um legado para a classe trabalhadora camponesa em termos de conscientização política e de possibilidade de modificação social.

O feminismo popular e camponês ainda não está presente na vida de todas as mulheres assentadas em geral, pois, diversas pautas do feminismo ainda são tabus para as camponesas, como o debate sobre o aborto e a saúde da mulher, por exemplo. Ainda que a maioria das mulheres seja sujeitas políticas engajadas nas lutas sociais do campo, o feminismo teórico construído politicamente ainda é complexo na maioria dos assentamentos.

Para isso, o Movimento Sem Terra inclui diversos períodos de educação formativa baseados na metodologia da educação popular, adaptando a pedagogia do oprimido pensada por Paulo Freire. Djacira Araújo ressalta que “Nas lutas dos movimentos sociais é preciso enxergar com nitidez o papel que homens e mulheres estão assumindo, analisando para onde essas relações estão apontando, se almejam superar as desigualdades de classe, gênero, etnias, entre outras” (ARAÚJO, 2014, p. 9). Assim, as famílias passam por um processo de formação cujas pautas são interligadas com o auto reconhecimento identitário, o conhecimento sobre as relações de gênero e questão racial, bem como a articulação sobre o bom uso da terra e a necessidade da produção de comida saudável e voltada para a valorização da vida.

Deste modo, o objetivo principal é que as famílias assentadas sejam transformadoras do novo espaço social do assentamento, incorporando o ideal de produção permanente de alimentos, pensando o aproveitamento da função social terra e da valorização de todas as formas de vida, bem como novas relações sociais igualitárias entre homens e mulheres e de respeito à natureza, mas também tragam o respeito e a dignidade da mulher como fator elementar de emancipação.

Nesse sentido, a concepção de agroecologia surge como potencial para novas experiências e mudanças nas práticas produtivas que possibilitam a construção de espaços de

articulação que reúnem a luta pela terra com a produção de alimentos diversificados, articulado o respeito ao trabalho e relações de gênero, isto é, o trabalho das mulheres passa por uma mudança de conceito político e cultural, onde deixa a dimensão da invisibilidade e passa a ser visualizada como parte do processo produtivo, incluindo geração de renda em razão da diversificação da produção.

Contudo, é preciso que as mulheres do campo tenham condições objetivas de produzir, “Elas precisam ter garantido o acesso à terra, às sementes, à água, à matéria prima e todo o apoio necessário para a produção de comercialização” (MARGARIDAS, CADERNO 3, 2019, p. 15). De acordo com Emma Siliprandi (2015, p. 101), as mulheres do campo desempenham um papel que é central na agricultura agroecológica, exercendo atividades que vão desde o preparo do solo, plantio e colheita, à criação de animais, a transformação de produtos em artesanatos. A autora chama atenção para o fato de que o “processo de transição da agroecologia introduz elementos que desestabilizam a lógica patriarcal e abre espaço para mudanças dos padrões de gênero, criando brechas para o reconhecimento de alternativas de vida às mulheres, para além dos papéis tradicionais” (SILIPRANDI, 2015, p. 108 - 109).

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), em relação às mulheres assentadas, “Seu trabalho é predominantemente voltado para o autoconsumo e apenas um percentual muito limitado de mulheres obtêm renda monetária, em decorrência da fusão entre trabalho reprodutivo e produtivo” (BRASIL, MDA/NEAD, 2006, p. 101). Razão pela qual a luta das mulheres camponesas ainda tem muito a conquistar, não apenas dentro dos assentamentos, mas também nas mesas de negociação dos órgãos governamentais, pois, os assentamentos ainda são espaços carentes de incidência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e visibilidade do trabalho das mulheres.

Na perspectiva dos movimentos populares, a produção agroecológica acumula tanto os conhecimentos populares quanto científicos, além de caracterizar um novo modo de pensar a agricultura e as relações sociais. Assim, percebe-se que a agroecologia requer uma série de práticas para o seu desenvolvimento, mas também se coloca como um modelo estratégico contra o sistema hegemônico de produção do agronegócio e, nesse ponto, desafia as relações patriarcais de gerenciamento exclusivo masculino e de concentração de poder legitimadas pelo agronegócio.

Conforme exposto por Sevilla Guzman (2011, p. 17), a agroecologia está fundada em três princípios dinâmicos “la ecológico-productiva, la socioeconómica de acción local, y la sociopolítica de transformación social”. Com base nos fundamentos apontados por Guzman,

percebe-se que o arcabouço da agroecologia consiste no resgate de movimentos da teoria e da prática através da organização camponesa. Na mesma linha, o pensamento do MST, enquanto movimento social, revela que o papel da agroecologia surge como uma agricultura capaz de reinventar a resistência e a emancipação das mulheres no campo através do enfrentamento das relações históricas de exploração, dominação e destruição da natureza.

Assim, é comum o diálogo entre feminismo e a agroecologia, que transparece através de práticas como a utilização de novas técnicas e iniciativas de produção com manutenção de conhecimentos tradicionais. Um exemplo é a prática cultural das guardiãs de sementes crioulas, que vem ganhando visibilidade em diversos espaços, pois preserva a biodiversidade e afasta a dependência do uso de pacotes tecnológicos oferecidos no sistema de produção convencional.

Sevilla Guzman (2017, p. 134, 135) ensina que na agroecologia existe a autonomia e o controle do processo de trabalho, diferenciando-se o trabalho alienado da agricultura convencional, onde o trabalhador está sujeito a produzir com bases tecnológicas realizadas por um processo de produção pensado dentro de um modelo industrial e que já chega pré-definido no campo. Nesse ponto, o feminismo popular incide sobre os níveis de emancipação da mulher, pois viabiliza a reorganização do trabalho com maior autonomia, ela sai do trabalho familiar, que pode ser entendido como subordinado, para um trabalho reorganizado com maior autonomia sobre decisões a respeito do cultivo e do plantio, de forma que “a noção emancipadora na escolha pela produção camponesa aparece, então como negação das experiências anteriores de opressão e dominação no trabalho, refletidas no controle do tempo e na definição do conjunto de tarefas realizadas” (NETO, 2016, p. 258).

Isso significa dizer, também, que a agroecologia valoriza o trabalho da mulher nos cultivos de hortas e pomares e o processamento de produtos oriundos destes cultivos, que sempre foram desenvolvidos pelas mulheres mas que não eram devidamente visibilizados. Sem dizer que esses produtos encontram aceitação nas feiras populares e de agroecologia, garantindo assim a sua sustentabilidade econômica. Emma Siliprandi (2015, p. 94 - 95) entende que no processo da agroecologia como um método de desenvolvimento e sustentabilidade é necessário passar pela desconstrução das relações de autoritarismo cultural nas relações de trabalho, estabelecendo igual participação dos homens e mulheres nos espaços de decisões.

Por isso, a defesa que o feminismo camponês também atua para incluir no contexto teórico a prática da agroecologia feita pelas mulheres nos assentamentos da reforma agrária, a

qual também pode ser vista como um campo de forças políticas na defesa da agricultura sustentável. Essas são questões centrais de análise do feminismo camponês e popular, pois permitem interligar a agroecologia como um potencial de autonomia das mulheres no que se refere à produção de alimentos.

Assim, o feminismo camponês e popular, em consonância com a agroecologia, a partir da perspectiva de igualdade no campo, possui o potencial transformador de ressignificar a função social da terra, demonstrando que a produção no campo e o direito à terra não são de domínio exclusivo dos homens. Nesse sentido, o cumprimento da função social da terra se concretiza pelo trabalho das mulheres com a produção agroecológica em defesa da vida e do ambiente saudável e equilibrado proporcionando o desenvolvimento pessoal e econômico com autonomia e dignidade. Além de ser uma importante ferramenta de fortalecimento das mulheres na reforma agrária e de resistência ao modelo do agronegócio.

4 TITULAÇÃO CONJUNTA DE LOTES, PORTARIA Nº 981/2003 INCRA E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38/2007 INCRA: O DIREITO A TERRA NA PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÊNERO

Este capítulo busca tratar sobre a titulação conjunta de lotes, instituída pela Portaria nº 981/2003 e, posteriormente, pela Instrução Normativa (IN) nº38 de 2007, ambas editadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA) como um programa de acesso à terra pelas mulheres na reforma agrária. A Portaria nº 981/03 do INCRA e a IN 38/07 INCRA regulamentam o artigo 189 da Constituição Federal de 1988 sobre titulação da terra em nome da mulher e do homem, por isso o termo titulação conjunta de lotes nas áreas de reforma agrária.

A Portaria nº 981/03 do INCRA institui que a titulação das terras de reforma agrária deve obrigatoriamente ser feitas em nome do homem e da mulher residentes do lote, estando o casal vivendo em regime de casamento ou de união estável. Enquanto que a Instrução Normativa nº38/07 INCRA veio complementar a Portaria nº 981/2003 INCRA e determina a regra da titulação conjunta do homem e da mulher para acessar qualquer política elaborada a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e dispõe sobre normas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para efetivar sobre o direito a igualdade formal das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Importa mencionar que a distribuição ou a redistribuição de áreas de reforma agrária ocorre mediante processo administrativo de desapropriação conduzido no âmbito da justiça federal. Após a desapropriação e a destinação para a reforma agrária ocorre o processo de seleção das famílias que serão beneficiárias daquela área.

As regras do processo seletivo são realizadas pelo INCRA e seguem requisitos de classificação mediante critérios de pontuação, regulamentadas pela Norma de Execução nº 45/2005 INCRA, que dispõe sobre os procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária¹⁰. A Norma de Execução Nº 45/05 no artigo 8º, §3º alíneas ‘a’ e ‘b’, considera o tamanho da família como critério de pontuação para a classificação por entender que equivale a força de trabalho do núcleo familiar.

¹⁰ Sobre os critérios contidas na Norma de Execução nº 45/ 2005 ver o documento no link: >http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos_internos/normas/ne_45_250805.pdf<. Acesso em 05 de set. 2019.

De acordo com Carmem Deere (2002, p. 115), o INCRA outorgava os direitos à terra somente a uma pessoa da família, de forma que o contrato de concessão de uso era emitido no nome do homem, por considerá-lo como chefe de família. A Instrução Normativa nº 38 INCRA acrescentou a qualificação “mulher Chefe de Família” com o intuito de que a mulher seja fortalecida no processo seletivo e venha a pontuar na classificação geral, independentemente de seu estado civil. Por outro lado, em casos de dissolução da união estável ou do casamento, a titulação da terra também assegura a permanência da mulher como detentora do lote.

Conforme Carmen Deere e Magdalena Leon, “A incorporação de critérios igualitários quanto a gênero, nas leis de reforma agrária latino americanas, tem sido um processo lento” (DEERE; LEON, 2003, p.127). Afirmam ainda que essas legislações somente se materializaram devido à ratificação da Convenção de 1979 das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres. Além disso, o debate sobre o acesso das mulheres à terra estendeu-se como uma preocupação da Organização das Nações Unidas, sendo que as “posteriores Conferências Mundiais sobre Mulheres, da ONU, deram cada vez mais atenção aos direitos das mulheres sobre a propriedade da terra” (DEERE; LEON, 2003, p. 128).

Embora existisse a previsão constitucional da igualdade formal da titulação conjunta de lotes, não era uma regra a ser seguida, até mesmo por ausência de regulamentação infraconstitucional. De forma que a implementação permanente para inclusão da mulher no título no contrato de posse e de concessão de uso da terra somente foi efetivada pelo INCRA a partir de 2003, seguindo as normas e os critérios dispostos na Portaria 981/03 INCRA.

A Portaria nº 981/03 do INCRA alterou o Artigo 3º da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002 do INCRA¹¹, definindo os procedimentos administrativos para a titulação conjunta nas áreas de reforma agrária sobre as terras públicas de domínio do INCRA e da União.

Outro fator importante considerado nos estudos de Carmen Deere (2000, p. 117) é sobre a discriminação da mulher na pontuação do INCRA no processo seletivo para beneficiária do lote. Embora a Constituição de 1988 tenha incorporado a previsão legal de

¹¹ Sobre os critérios contidas na Norma de Execução Nº 29 de 11 de setembro de 2002 ver o documento no Link: >http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/normas/ne_29_110902.pdf<. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

titulação conjunta do lote no art. 189, esta ainda necessitava de regulamentação infraconstitucional. Conforme Carmen Deere, “Antes de 1988 todas as mulheres eram diretamente discriminadas pelo sistema de pontuação do Incra, cujo cálculo servia para determinar os beneficiários. Pelo fato mesmo de serem mulheres, por terem menos membros em suas famílias” (DEERE, 2000, p. 17). Dessa forma, o processo seletivo para beneficiários em geral favorecia os homens acentuando um processo discriminatório e machista dentro do âmbito institucional: “A discriminação contra as mulheres era tal que os funcionários do Incra assumiram que as mulheres sem marido ou companheiro seriam incapazes, a não ser que tivessem um filho crescido” (DEERE, 2000, p. 117).

De acordo com Carmen Deere (DEERE, 2000, p. 17), esse entendimento estava pautado no conceito de família nuclear e por isso não contemplavam outros tipos de família, mesmo aquelas em que as mulheres figuram na condição de chefes. Outro ponto que importa apontar é que os lotes de reforma agrária não podem ser objeto de alienação, compra e venda, de forma que isso implica até mesmo na partilha de bens nas situações de separação da relação conjugal, nesse caso o lote fica sob o domínio do titular. Dessa forma não havia segurança jurídica para proteção da mulher na posse da terra, pois o lote acabava ficando com o nome que constava como titular, impactando e excluindo as mulheres do acesso à terra.

Carmem Diana Deere e Magdalena León identificam os fatores do machismo presente nas instituições de regularização fundiária:

As mulheres foram em grande parte excluídas dos esforços estatais para a distribuição de terras, até recentemente, por razões legais, culturais ou ideológicas, estruturais e institucionais. Todos esses fatores estão interrelacionados, e têm por base as ideologias patriarcais encaixadas em conceitos de masculinidade e feminilidade (DEERE; LEON, 2003, p. 125).

Nessa seara, a titulação conjunta de lotes é produto de uma política pública resultado de pressão internacional que obriga o INCRA ao cumprimento da igualdade formal entre homens e mulheres previstos no artigo 189 da Constituição de 1988, o qual diz que os beneficiários da reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, enquanto que o parágrafo único complementa que “o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentes de seu estado civil nos termos e condições previstos em lei” (BRASIL, CRFB/88).

Hildete Melo e Alberto Sabato (2008, p. 157 - 158) apontam que a literatura brasileira é iniciante sobre a discussão de controle de patrimônio pelas mulheres. Por outro

lado, em comparação com os homens, as mulheres sempre estiveram em desvantagem em relação ao direito à terra, sendo que a reivindicação das mulheres referente a esse direito surgiu no final da década de 1980, fomentada por diversos sindicatos e pelos movimentos feministas. Carmen Deere resgata essa história no artigo intitulado “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira” (2004, não p.), de acordo com a autora:

Os direitos formais das mulheres à terra foram conseguidos na reforma constitucional de 1988, e em grande medida isso foi um subproduto do esforço para acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões. A conquista das igualdades formais, contudo, não levou a um aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma, a qual permaneceu baixa até a metade da década de 1990 (DEERE, 2004, não p.).

Por outro lado, o consenso entre os movimentos sociais a pautar a participação das mulheres na reforma agrária teve início partir de 1990, com a introdução da abertura do regime democrático, como lembra Carmen Deere (2004, n., p.). A autora ressalta que a perspectiva de gênero na reforma agrária adquiriu importância em decorrência da baixa parcela de beneficiárias constatada por uma análise comparativa entre o Brasil e alguns países latino-americanos que instituíram legislações consideradas progressistas, dentre elas a titularidade da mulher à terra na condição de beneficiária da reforma agrária. A titularidade conjunta surge como uma política pública que tem como objetivo corrigir a discriminação da mulher no acesso à terra, bem como promover a implementação da igualdade de gênero no campo, “Ainda na metade da década de 1990, as mulheres constituíam somente 12,6% das beneficiárias no Brasil enquanto que nas recentes distribuições de terra na Colômbia esse percentual chegava a 45%” (DEERE, 2004, não p.)

Adiliane Silva (2011, p. 59) menciona que, de acordo com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “a ausência de titularidade conjunta e obrigatória respaldava uma condição de subordinação da mulher com relação ao pai, ao marido ou ao irmão, em detrimento dos direitos prescritos na Constituição de 1988” (SILVA, 2011, p. 59).

Carmen Deere (2004) aponta que as mulheres rurais, no começo da década de 1980, começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que possibilitou a discussão de uma legislação mais progressista em favor das mulheres. A autora ressalta que essas políticas também são resultadas de enfrentamentos políticos: “Além disso, na maioria dos países a realização e a implementação de uma legislação progressista em relação ao gênero têm dependido da

existência de organizações de mulheres rurais fortes e de sua persistência em reivindicar o reconhecimento dos direitos das mulheres à terra” (DEERE, 2004, não p.).

Carmem Deere explica que a legislação constitucional ficou dependente de regulamentação infraconstitucional, o que veio a ocorrer somente em 2003 com a pressão das mulheres do campo, em especial do movimento feminista popular e camponês representado pela Marcha das Margaridas:

Levou 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defenderem com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional. Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta de terra para casais sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. (DEERE, 2004, não p.).

A implementação da titularidade conjunta da terra não era uma regra no âmbito do Plano de Reforma Agrária, de forma que a garantia do princípio da igualdade sobre os títulos de domínio da terra não era vista como uma obrigatoriedade do Estado, como explica Adiliane Silva (2011, p. 60). De acordo com a autora, “Apenas com a Instrução Normativa nº 981, de 02 de outubro de 2003, editada pelo INCRA, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passou a ser obrigatória e contar com instrumentos legais para a sua devida efetivação” (SILVA, 2011, p. 60). Nesse aspecto, é cabível tecer algumas críticas em relação ao lapso temporal para a efetivação do artigo 189 da Constituição de 1988. Levou-se 15 anos entre a promulgação da Constituição e a edição da Instrução Normativa nº 981/2003 do INCRA para retirar a mulher da condição marginalizada pela legislação. Porém, há que se evidenciar que juridicamente a Constituição já previa a titulação, no entanto, devido a conceito patriarcal e a leitura de uma sociedade machista, inclusive no âmbito legislativo, a mulher foi privada de acessar o direito a titularidade da terra e de outros direitos que dela decorrem.

Além dessa morosidade institucional, Hildete Melo e Alberto Sabato evidenciam que “nos assentamentos da reforma agrária a posse dos direitos formais de acesso à terra entrou devagar na vida das mulheres do meio rural” (MELO; SABATO, 2008, p. 158). Com a edição da Instrução Normativa nº 38/07, além da conquista formal também houve o desencadeamento da construção de outras políticas que habilitaram o desenvolvimento a autonomia econômica das mulheres, através de projetos coletivos de geração de renda como o fortalecimento de cooperativas de mulheres voltado para o aproveitamento da produção no lote, dentre elas a produção de doces e compotas de frutas e legumes, dentre outros. Dessa

forma, as mulheres também obtiveram o controle da sua produção, incorporadas a partir de uma perspectiva de gênero e articulada com a agroecologia, tornando visível a maior parte da produção feminina nas áreas de reforma agrária, tendo como resultado do controle da produção, a obtenção do controle econômico e financeiro.

No que se refere aos índices sobre a titularidade da terra “Na metade da década de 1990, as mulheres constituíam 12, 6% das beneficiárias de distribuição de terra pelo programa de reforma agrária no Brasil” (SILVA, 2011, p. 60). O Caderno de Estudos da Marcha das Margaridas nº 3 (2019, p. 34) aponta um estudo divulgado em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que se forem consideradas todas as terras do Brasil, 18% dessas terras são de domínio das mulheres na titularidade.

Quanto aos lotes da reforma agrária, o estudo feito pelo Caderno 3 da Marcha das Margaridas demonstra que “Com relação aos títulos das terras destinadas à reforma agrária, podemos dizer que 70% deles estão no nome da mulher e do homem, resultado da luta da Marcha das Margaridas, pela titulação conjunta da terra” (CADERNO 3, 2019, p. 34). Trazendo para o contexto do Assentamento Santo Antônio, onde foi realizada a pesquisa empírica, os dados coletados do site do INCRA¹² mostram que das 28 famílias beneficiárias, 18 (dezoito) possuem titulação conjunta, 3 (três) mulheres possuem titulação como chefes de família e 7 (sete) homens constam como titulares únicos.

4.1 PORTARIA Nº 981/03 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38/07 DO INCRA: O DIREITO A TER DIREITOS

Carmen Diana Deere (2000, p. 127) aponta uma questão importantíssima que deve ser analisada no que se refere ao lapso temporal de regulamentação da titularidade conjunta de lotes. De acordo com a autora, um dos impedimentos institucionais é que as mulheres não dispunham da documentação necessária para preencher os requisitos do INCRA. Fato esse que foi constatado em 1996 pelo Coletivo de Mulheres do MST, de forma que o primeiro passo a ser dado foi providenciar a documentação das mulheres do campo.

¹² Para o interesse de aprofundar a pesquisa acerca de dados referente a titulação de lotes no estado de São Paulo indica-se os documentos no site do INCRA. Disponível em: ><http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/titulacao/sr-08-sp.pdf><. Acesso em: 15.Set. 2019.

Deere constata que a abertura do MST para o debate de gênero se dá pela percepção de que as mulheres acabavam afastadas dos processos decisórios e isso implicava na não participação delas nos espaços de discussão sobre questões que impactam na vida e no cotidiano do lote. Além disso, esses espaços também concentram informações básicas sobre o acesso a créditos rurais e fontes de comercialização e de renda. A autora lembra que a falta de titularidade da terra também incide sobre os direitos previdenciários das mulheres, pois não havia comprovação da atividade de agricultora.

Por outro lado, o uso do critério “chefe de família” na ficha de cadastro do INCRA também evidencia o processo de discriminação e homogeneização cultural de colocar a mulher como secundária em relação ao homem “Para justificar tal procedimento, seus agentes chegam mesmo a declarar que “na ficha cadastral só tem espaço para o nome do homem [...] (aos seus olhos, ao contemplar o chefe da família, todos os membros que a compõem estariam sendo também beneficiados)” (DEERE, 2000, p. 116 - 117).

Pois bem, com as regras atuais, a partir da Portaria nº 981/03, a regra, era que a titulação passa a ser conjunta com a edição da Portaria nº 38/03, ambas editadas pelo INCRA, a titulação se torna obrigatória para todos os casais beneficiários da reforma agrária. Na análise de Andrea Butto e Karla Hora, o estado assume e reconhece a reivindicação dos movimentos sociais de mulheres como um projeto nacional de um ambiente mais democrático e social na reforma agrária (BUTO; HORA, 2008, p. 21). Nesse sentido:

Há o início de um novo caminho em curso no Governo Federal no sentido de implementar ações afirmativas reconhecendo a pluralidade e a diversidade do campesinato e da agricultura familiar brasileira. Um caminho a ser trilhado pela ação conjunta do Estado e movimentos sociais voltadas para a elaboração e implementação de políticas públicas com enfoque de gênero. (BUTO; HORA, 2008, p. 22).

Essas mudanças têm início a partir do ano 2003 (BUTO; HORA, 2008, p. 26 - 27) com iniciativas institucionais de ampliação de direitos econômicos e políticos das mulheres rurais, com o objetivo de criar oportunidades específicas para as mulheres da reforma agrária. Esses objetivos foram pensados envolvendo o protagonismo e fortalecimento de alternativas econômicas e materializadas pela criação do Programa da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Ppigre atuou principalmente no desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos econômicos das trabalhadoras rurais, através da implementação de políticas públicas e ações efetivas que contribuíssem para a autonomia econômica das

mulheres através do reconhecimento delas como parte e titular dos lotes nos assentamentos. Na opinião das autoras, esses planos “buscaram superar a ausência anterior do Estado com a incorporação de proposições de ações afirmativas e de mudanças na concepção que orientam as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero” (BUTTO; HORA, 2008, p. 26 – 27).

Nesse sentido, ter terra significa ter acesso a outros direitos. Por esse motivo, para fazer valer esses direitos a Instrução Normativa nº 38/ 07 no artigo 6º, o INCRA também criou a Certidão da Mulher Beneficiária da Reforma Agrária para que as mulheres possam requisitar os seus direitos junto aos órgãos governamentais. Além disso, o artigo 8º da citada Normativa assegura às mulheres políticas de apoio ao desenvolvimento rural através da implementação de políticas públicas de fomento a agroindustrialização, comercialização, assistência técnica, produção sustentável, além de garantir a participação nos processos decisórios do assentamento, combatendo à desigualdade da mulher no mundo rural.

Também é válido apontar que a Instrução Normativa nº 38/07 prevê que a família chefiada por mulheres terá tratamento preferencial no processo de seleção e classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária (art. 3º). Butto e Hora (2008, p. 29) observam, junto ao Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária, que em relação a implementação da Portaria nº 981/03 os dados referentes às mulheres titulares de lotes da reforma agrária saltou de 13% para 25%, enquanto que, com a incorporação da Instrução Normativa nº 39/07 o percentual atinge 55,8% no ano de 2007.

Para viabilizar o acesso das mulheres as demais políticas da reforma agrária, o INCRA também criou uma linha de crédito específica para as mulheres denominada linha Pronaf Mulher com o objetivo de apoiar e estimular as atividades desempenhadas exclusivamente por mulheres, conforme explicado por Andrea Butto e Karla Hora, “ O Pronaf Mulher foi criado no Plano Safra de 2003-2004. Começou não como uma linha de crédito específica, mas como um sobreteto, um valor adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizados às mulheres integrantes de famílias enquadradas nas linhas C e D”¹³ (BUTTO; HORA, 2008, p. 32).

¹³ As linhas de crédito C e D são modalidades de financiamento específicas que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Reforma Agrária (PRONAF), destinada ao público alvo assentados/as da reforma agrária. A linha “C” é destinada a instalação das famílias beneficiárias e o desenvolvimento das atividades produtivas no lote. Ambos possuem limites de crédito regulamentados por decretos governamentais com baixa incidência de juros. Para um melhor aprofundamento ver o documento disponível em:

Além disso, Buto e Hora (2008, p. 30 - 33) destacam que as mulheres passaram a acessar as linhas de créditos específicas para a reforma agrária a partir da titulação conjunta de lotes, pois o acesso se caracteriza por limitações e comprovação de documentos que as mulheres não obtinham até então, como a Nota Fiscal de Produtora. Somente com a Nota Fiscal é que as mulheres ficaram habilitadas para buscar o acesso de políticas de créditos voltados para a agricultura familiar. A habilitação se concretiza com a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)¹⁴ feita pelo INCRA, conforme as autoras;

Até 2004 a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP – documento que habilita o público enquadrado no programa a solicitar o crédito) tinha apenas um titular. Com a implementação da titularidade conjunta obrigatória na DAP, ocorreu um aumento para 18, 7% no número de contratos concedidos em nome das mulheres na safra 2004/2005 (BUTTO; HORA, 2008, p. 32).

A habilitação da DAP é importante porque é este documento que dá acesso aos créditos de produção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), duas importantes políticas públicas de compra institucional de alimentos da agricultura familiar, o PAA foi instituído pela Lei nº 10.696/2003 com a finalidade de promover o acesso à alimentação e o combate a fome por meio do incentivo à agricultura familiar. E o PNAE é uma política de compra institucional, criada pela Lei 11.947/09 e institui a obrigatoriedade da compra de alimentos da agricultura familiar no valor de 30% do orçamento destinado a merenda escolar para atender à alimentação da educação básica.

Em termos comparativos, a Portaria nº 981/2003 formaliza a promoção da igualdade, enquanto que a Instrução Normativa nº 38 materializa o direito à igualdade e outros direitos como a autonomia econômica, a construção da autonomia no campo, seja através do acesso a

><https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/TabelaAF.pdf><. Acesso em: 23 de out. 2019. Enquanto que a linha “D” tem como finalidade o custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção, é voltado para grupos familiares mais capitalizados, com a finalidade de desenvolvimento de atividades de agroindústrias. Disponível em: ><http://atividaderural.com.br/artigos/568ba26e514e2.pdf><. Acesso em: 26 de out. 2019.

¹⁴ DAP é o instrumento que identifica as/os agricultoras/es familiares e/ ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. Ela funciona como a carteira de identidade da (o) agricultora (o) familiar e dá acesso as linhas de crédito rural do Pronaf, aos programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o da Alimentação Escolar (PNAE) e outras políticas regionais voltadas para a agricultura familiar. (Fonte: Marcha das Margaridas, Caderno 3, p. 26)

créditos de manutenção das mulheres na agricultura, seja através da comercialização através de programas de combate a fome como o PAA. Dessa forma, a titulação conjunta de lotes não diz respeito apenas ao acesso à posse de terra, mas também permite que elas sejam titulares de políticas públicas específicas consideradas como instrumentos de comprovação da atividade rural.

No tocante a Instrução Normativa vigente, tem como diretrizes a incorporação do discurso da igualdade formal de gênero no que tange a titulação conjunta de lotes no âmbito da reforma agrária. Por isso, é necessário fazer um balanço sobre os avanços e retrocessos dessa política frente a rumos nada tão progressistas, apresentado pelo cenário político da gestão do governo federal de 2019 a 2022, no que se refere ao desenvolvimento de igualdade de gênero.

A Portaria do INCRA nº 981/03 e a Instrução Normativa nº 38/07 INCRA são importantes instrumentos que possuem a intenção de corrigir as desigualdades discriminatórias vivenciada pelas mulheres camponesas até o ano de 2003, além de obrigar o Estado a possibilitar o acesso à terra para às mulheres camponesas. No entanto, conforme visto nesse capítulo, essa política foi conquistada a partir da luta de movimentos de mulheres que ocorreram em todo o país buscando pressionar o Estado a cumprir uma tendência política que vinha sendo preocupação no cenário internacional por intermédio da ONU.

Assim, os direitos formais de igualdade das mulheres no acesso à terra na reforma agrária foram alcançados como um subproduto do esforço em acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões. Nessa lógica, a titulação conjunta de lotes foi efetivada através do resultado da construção de lutas que buscam a superação das desigualdades historicamente construídas no meio rural. Por outro lado, significa uma ação de correção quanto à discriminação legislativa ocorrida até a Constituição de 1988, mas que somente foi possível de se alcançar com a organização das mulheres, e por isso deve ser tratada como uma conquista delas e não somente do ponto de vista da determinação jurídica.

Além disso, a titulação conjunta de lotes para áreas da reforma agrária não significa que o Estado esteja implementando um direito absoluto sobre a terra, mas sim propiciar que as mulheres camponesas venham a construir a sua autonomia econômica e política através do acesso aos demais direitos contidos no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Nesse aspecto, é perfeitamente possível afirmar que a política afirmativa de implementação da igualdade de gênero no campo também significa cumprir a função social da terra, pois é uma política capaz de conjugar o desenvolvimento das mulheres tanto na

dimensão política quanto nas dimensões econômica e jurídica para garantir a permanência delas no campo com segurança para elaborar e executar seus projetos de vida. Assim, a titulação conjunta consiste em um instrumento para a efetivação de direitos sociais, cuja perspectiva de acesso está ligada ao reconhecimento da pertença e origens da mulher camponesa, e pela compreensão de que o acesso à terra deve ser entendido como um direito que está fortemente vinculado aos processos de emancipação e de empoderamento econômico, social e político da mulher do campo.

Nesse sentido, a titularidade conjunta de lotes implica no cumprimento da função social da terra na perspectiva de que o trabalho das mulheres envolve fatores significativos como o controle econômico na relação da produção e para o desenvolvimento da comunidade local. Conforme o conteúdo do Caderno 3 das Marchas das Margaridas (2019, p. 13):

As práticas econômicas das mulheres do campo, da floresta e das águas não envolve apenas, a produção para o mercado, mas também doações, trocas e produção para o autoconsumo. Essas mulheres retiram do próprio quintal quase toda a alimentação da família, promovem trocas entre a vizinhança, como por exemplo hortaliças por ovos, também cultivam plantas medicinais que substituem medicamentos, além de presentear parentes e amigas (os) com produtos colhidos das hortas ou quintais. Essas atividades corriqueiras tem um significado econômico que nem sempre é levado em conta. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade. (MARGARIDAS, CADERNO 3, p. 13)

Analisando as práticas das mulheres camponesas trazidas acima, pode-se afirmar que a reforma agrária é uma ferramenta capaz de modificar a estrutura da sociedade agrária tradicional, pois permite corrigir as distorções existentes na sociedade e, ao mesmo tempo prevê oportunidades para que mais pessoas possam viver e se beneficiar do trabalho desenvolvido na agricultura. E por isso, essas práticas podem ser efetivadas como uma forma de dar e estabelecer cumprimento da função social, pois inaugura a ressignificação da função social tanto no conceito de função social da terra, pois esta deve ser pensada quanto ao direito de uso e não pelo direito de propriedade absoluta, quanto nas dinâmicas das relações sociais no campo, estabelecendo um projeto produtivo com maior dignidade para as mulheres no campo.

Revisitando os ensinamentos de Carlos Marés (2003, p. 117), “A propriedade é um direito criado, inventado, construído e constituído. Ao construí-lo, a Constituição lhe deu uma condição de existência, de reconhecimento social e jurídico”, sendo que, para que a propriedade possua um reconhecimento social e jurídico, foi determinado o real cumprimento

da função social da propriedade. O que buscam as mulheres com a titulação conjunta de lotes não é o cumprimento da função social numa perspectiva de propriedade fundiária produtiva de capital, mas sim o cumprimento da função social da terra enquanto provedora da reprodução de dignidade de trabalho, da vida humana e do ecossistema, e nesse sentido vale recorrer à explicação de Marés;

Uma terra privada que não está em uso, certamente não está cumprindo a sua função social, por que toda terra privada é destinada ao uso. O fato de estar em uso, porém, não significa que está cumprindo sua função. O uso da terra pode ser intenso, gerando grande renda a seu proprietário, às vezes pode ser até muito rentável ao mesmo tempo em que não cumpre a função social. Aliás, algumas vezes o uso intenso e altamente rentável é sinal de descumprimento da função social. E isto é claro, por que embora destinada ao uso, a terra cumpre uma função de manter a vida e isto significa cuidado com o meio ambiente e com as pessoas que nela trabalham e vivem, com os rios, florestas e animais (MARÉS, 2003, p. 125).

No que se refere às áreas de reforma agrária, é necessário que o Estado assuma políticas de ações afirmativas para a manutenção das famílias beneficiárias nos lotes, uma dessas políticas pode ser traduzida pelas diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 38/07 INCRA, que garantem que a mulher tenha condições efetivas de alcançar condições de igualdade. Pois, conforme visto, a titulação conjunta de lotes permitiu que as mulheres alcancem o controle econômico e controle da produção, principalmente no acesso a créditos e na comercialização vias programas institucionais. Isso também possibilitou que as mulheres ganhem autonomia financeira dentro dos lotes com a venda dos produtos oriundos de seu trabalho, rompendo com a dependência econômica a que estavam submetidas em função da titularidade da terra.

4.2. O DIÁLOGO COM AS MULHERES NO ASSENTAMENTO LAUDENOR DE SOUZA: OUVINDO AS CAMPONESAS SOBRE O DIREITO À TERRA, FEMINISMO E TITULAÇÃO CONJUNTA DE LOTES

A questão principal a ser abordada nesse estudo empírico é trazer o diálogo e o conhecimento das mulheres assentadas no Assentamento PAA Santo Antônio a respeito de suas vivências e de suas lutas no processo da reforma agrária. A pesquisa foi elaborada utilizando o formato de roda de conversa e objetiva dar voz e ouvir as mulheres do assentamento sobre dimensão da luta pela terra de acordo com as pautas das mulheres do campo, como o feminismo popular, a titulação conjunta de lotes.

O planejamento dos encontros foi pensado em conjunto com as mulheres assentadas, estes aconteceram no primeiro semestre de 2019 e tiveram como diretrizes três eixos de reflexão, sendo eles: as relações sociais entre as mulheres e os homens; a importância da geração de renda e da valorização da produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres assentadas por meio da comercialização pelo PAA e o PNAE; e, por fim, os direitos das mulheres do campo ao acesso à terra pela titulação conjunta de lotes. O espaço destinado para reuniões é o barracão comunitário localizado na área social do assentamento, mesmo espaço das demais atividades das famílias assentadas, como assembleias ou encontros religiosos, ali foram realizados os dois encontros e, posteriormente, a pesquisadora reuniu-se com as mulheres que não puderam participar do encontro geral.

Ao final, para o encontro da roda de conversas compareceram 13 (treze) companheiras assentadas, sendo que mais outras 3 (três) que não puderam comparecer manifestaram interesse em falar do tema em suas casas, as quais foram procuradas pela pesquisadora em suas casas na segunda quinzena do mês de julho. Ao total, 16 (dezesesseis) mulheres participaram da pesquisa empírica.

Como contribuição para a confraternização durante o encontro, cada participante trouxe consigo um prato de alimento para compartilhar. Ainda, as mulheres realizaram a ornamentação do local com símbolos que remetem a luta pela terra, como plantas, flores, bandeiras, fotos e cartazes, com o objetivo de deixar o espaço mais aconchegante e motivador.

Referente aos resultados dos encontros com as mulheres assentadas, serão aqui sintetizadas e mencionadas como trabalhadoras e enumeradas conforme a ordem dos assuntos desenvolvidos a partir dos eixos trabalhados. Para o bom desenvolvimento da entrevista, utilizou-se como recurso metodológico o desenvolvimento de diálogos voltados a temas que se referiam ao cotidiano de cada mulher, isto é, o trabalho no lote, os cuidados com a horta, o envolvimento das mulheres nas tomadas de decisões etc. Nesse ponto, a problematização foi desenvolvida a partir das palavras-chave que surgiram no decorrer da reunião, como horta, lote, alimentos e feminismo, cotidiano do trabalho doméstico, participação política, acesso a programas e projetos como o PAA, PNAE e titulação conjunta de lotes.

Para falar sobre as mulheres camponesas assentadas, faz-se necessário um resgate da trajetória pessoal e do contexto desta pesquisadora. Considero importante reafirmar a atuação como pesquisadora participante, mulher, camponesa, assentada e militante da reforma agrária. Dessa forma, a pesquisa se vale da observação participante, admitindo-se a não neutralidade da ciência no trato da vida, e a ligação dessa pesquisadora com o contexto das demais sujeitas

observadas foi importante para que elas se sentissem à vontade para tratar de um tema de elevada sensibilidade.

Posto isso, observa-se a importância de demarcar o espaço de fala, tanto como acadêmica e pesquisadora quanto pela experiência de militância pelo Movimento Sem Terra (MST). Portanto, discorrer sobre o feminismo popular e camponês é visibilizar uma luta que vem que se projetando no cenário nacional como uma forma de resistência das mulheres camponesas no enfrentamento ao capital no campo. Assim, a pesquisa foi desenvolvida conciliando os conhecimentos acadêmicos com diversas contribuições teóricas e práticas das mulheres militantes e assentadas.

A história da luta pela terra do Assentamento Laudenor de Souza¹⁵ iniciou-se no ano de 1997, na região sudeste do Estado de São Paulo. No entanto, a efetivação e homologação do assentamento aconteceram em 2003, na região centro oeste do Estado de São Paulo, as mulheres começaram a executar diversos planejamentos consolidados durante a trajetória de acampamento, dentre eles a organicidade interna do assentamento como o planejamento da agrovila e o projeto de cultivo comunitário, auto-organização em torno de direitos sociais básicos como saúde, educação, produção e comercialização, tendo como fio condutor o debate de gênero que levou a percepção de outros temas como autonomia, trabalho e renda. De início, este debate não possuía um entusiasmo feminista, contudo, as questões de gênero e do respeito ao trabalho das mulheres estavam sempre presentes.

O assentamento é construído por 27 (vinte e sete) lotes e 36 (trinta e seis) famílias, sendo 28 (vinte e oito) beneficiárias diretas homologadas pelo INCRA e 8 (oito) famílias agregadas¹⁶. Dessas 36 famílias há 40 (quarenta) mulheres, 25 (vinte e cinco) homens e 20 crianças e adolescentes.

O encontro se deu a partir da dinâmica de roda de conversa, buscando privilegiar a reflexão das mulheres sobre seus espaços no assentamento, levando em consideração o modo

¹⁵ A comunidade se autodenomina Laudenor de Souza, porém o Assentamento foi consolidado pelo Incra como Fazenda Santo Antônio. Essa dualidade no nome dá-se pelo fato de que no período da consolidação, a comunidade não dispunha de recursos de comunicação eficiente para fazer a interlocução com o órgão, razão pela qual os servidores do Incra escolheram a permanência do nome de registro da fazenda com o intuito de “adiantar o processo” de homologação do assentamento. De forma que a comunidade não teve participação na escolha do nome do Assentamento e por isso se autodenominam como Assentamento Laudenor de Souza em homenagem a um militante do MST. E nesse trabalho será respeitado a autodenominação da comunidade.

¹⁶ As famílias agregadas compreendem as famílias que compõem o mesmo núcleo familiar composta por filhos/filhas e descendentes das famílias que foram assentadas pelo INCRA e que residem e trabalham no mesmo lote.

como as mulheres se percebem e como elas analisam suas atividades. Como método de animação, uma das participantes recitou a poesia “Assim eu vejo a vida” de autoria de Cora Coralina, posteriormente, explanei sobre os objetivos da pesquisa e que seus resultados iriam compor o trabalho de conclusão do curso de bacharelado em direito pela Universidade Federal do Paraná.

No primeiro momento da conversa fez-se um resgate sobre a existência das desigualdades de relações de gênero no campo e como isso impacta as mulheres nos trabalhos cotidianos. Em seguida, uma das participantes propôs que o grupo pudesse socializar o que cada mulher entende por relações de gênero e se como elas se dão no núcleo familiar, bem como possíveis tratamentos diferenciados referentes ao trabalho no lote.

Das 13 (treze) companheiras presentes no encontro, 10 (dez) afirmaram que não existia nenhuma diferença, pois os trabalhos do lote eram feitos de forma igualitária entre todos, sendo que os filhos também cuidavam da horta e da roça, assim como algumas filhas algumas trabalhavam na roça e outras trabalham fora do lote para ajudar a manter as despesas da casa. A proposta final foi refletir se há dentro do assentamento espaços demarcados para mulheres e espaços para elas nos trabalhos de coordenação da associação do assentamento, as quais também foram abordadas nas conversas individuais. Sendo que com estas a metodologia aplicada também seguiu a dinâmica utilizada na roda de conversa, utilizando a dinâmica de abordagem dos assuntos por meio da inflexão das palavras geradoras.

Para a busca dos resultados, a pesquisadora foi transversalizando algumas reflexões de acordo com o eixo que estava sendo desenvolvido como: sobre a preparação das refeições da família em suas casas; quantos dias as mulheres cuidam da casa e também vão para o trabalho na lavoura; Como é a relação da família com a terra; todas as reflexões foram sendo colocadas de maneira que todas pudessem contribuir com o debate refletindo sobre as atividades que compõem seus cotidianos.

Referente ao trabalho de preparação dos alimentos, das 13 participantes, 8 (oito) delas afirmaram que este era sempre feito por elas, afirmando ser essa uma tarefa da “mãe”. Duas entrevistadas responderam que não cozinhavam, justificando que residem no núcleo familiar, trabalham fora do assentamento, e, portanto, e a tarefa acaba sendo distribuída entre os entes familiares que residem no assentamento, além disso, a alimentação do dia de trabalho é preparada com a comida feita na noite anterior.

A trabalhadora 1 afirmou que a atividade era partilhada pelos homens da família, ressaltando que “o meu filho e o meu companheiro cozinham de vez em quando, mas não é

sempre por que eles só fazem quando eu bato o pé e digo que não quero fazer, ou quando estou lavando roupa” (TRABALHADORA 1, 2019). Apenas uma mulher presente afirmou que o filho e o companheiro sempre cozinham, ao menos três vezes na semana, “até por que eu também vou pra luta da roça né, lá trabalho igual a eles! ” (TRABALHADORA 2, 2019). Em relação às mulheres visitadas em casa esse assunto não foi priorizado.

Durante o desenvolvimento do encontro, os pontos debatidos surgiram espontaneamente, sendo que a condução da reunião acompanhou este fluxo problematizando os assuntos levantados, seguindo de metodologia de roda de conversa, assim, cada temática foi problematizada através da dinâmica de inflexão das questões levantadas utilizando palavras chave, como horta, plantas, lote, terra, gênero, feminismo, machismo, alimentação, plantar, colher e direitos.

Sobre as reflexões acerca do desenvolvimento do trabalho no lote, elas concluíram que existe cooperação entre as mulheres da família, enquanto que os homens se dedicam apenas aos trabalhos da agricultura voltada para o comércio. Sendo que oito mulheres afirmaram que os homens da família não se dedicam aos trabalhos do entorno da casa, no entanto, elas vão para o trabalho da roça todos os dias “lá em casa só eu e ela (a filha) que cuidamos da horta e do pomar, das galinhas e dos porcos, e depois a gente vai cuidar da plantação junto dele” (TRABALHADORA 4, 2019).

Essa conclusão demonstra a presença da divisão sexual do trabalho e da distinção entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo ainda vinculado ao pensamento do modelo patriarcal mesmo em assentamentos onde durante o período de acampamento as famílias passam por um longo processo de formação política e de gênero. Somente cinco mulheres presentes afirmaram que a família trabalha de forma coletiva, que o companheiro e o filho se dedicam aos trabalhos da horta e do entorno da casa, conforme sintetiza a trabalhadora três, proporcionando uma análise mais abrangente sobre a interação e a organização familiar: “Então, a gente trabalha junto em família. Eu... sempre a gente tira um tempo [...] se esse o meu marido faz parte também, ele ajuda, daí tem o filho que também trabalha na horta, ele faz os canteiros e semeia, é um trabalho junto da família. Coletivo” (TRABALHADORA 3, 2019).

No que se refere ao desenvolvimento do feminismo camponês e popular, o debate foi surgindo a partir das reflexões anteriores. A ideia central foi que as mulheres pudessem refletir sobre a construção do feminismo camponês e popular dentro do assentamento trazendo os pontos importantes de manifestação e ações de enfrentamento ao machismo. Após

as trocas de experiências, elas concluíram que há diversas formas de enfrentamento, mas que no assentamento, esse se manifesta através da presença das mulheres na gestão da associação assumindo os cargos de definição da diretoria, buscando a construção da emancipação política das mulheres. Além disso, elas também destacam a importância da ação coletiva como um diferencial na construção na formação política, como coloca uma das trabalhadoras presente:

Por que não adianta ter mulheres em espaços de diretoria [...] pautada só no foco da comercialização, sem ser voltada, em uma certa exclusividade, para as mulheres ou como pelo menos uma parcela significativa do trabalho direcionado para que as mulheres tenham a sua produção, tenham renda, mas também tenham formação de consciência (TRABALHADORA 4, 2019)

Adentrando essas questões, a pesquisadora problematizou questões relacionadas ao tripé de sustentação do feminismo camponês e popular pautando as questões de raça, classe e gênero. Nesse aspecto, as mulheres demonstraram maior envolvimento com o feminismo como uma bandeira de luta. A conclusão é que as mulheres compreendem melhor que elas devem ocupar e garantir os mesmos espaços onde os homens estão, e além ser feminista camponesa é também ser resistência no campo, é ser forte na atuação em defesa da agroecologia, como pode ser constatado na fala da trabalhadora 5:

Nós mulheres camponesas do MST trazemos essa questão feminismo popular, camponês que a gente fala né como uma bandeira de estratégias para a construção de uma sociedade mais justa. Trazendo sempre a luta de classes, a resistência das mulheres no campo e na organização. Agora a gente traz esse debate muito forte da alimentação saudável e da agroecologia (TRABALHADORA 5, 2019).

Elas também trouxeram questão da renda das mulheres no campo, para a trabalhadora 5, a obtenção da renda dentro dos assentamentos da reforma agrária também é resultado de um processo de formação política “porque não adianta a gente só produzir e não adianta a gente só comercializar, porque a gente pode produzir e comercializar dentro da lógica de ganhar dinheiro, de ficar rico, e continuar reproduzindo as relações sociais no âmbito do lar, no âmbito doméstico” (TRABALHADORA 6, 2019). Além disso, a obtenção de renda muitas vezes está vinculada a políticas públicas de comercialização e isso permite que as mulheres possam ter autonomia na produção e na comercialização. Nesse ponto, uma trabalhadora também apontou que o PAA foi um importante projeto de geração de renda que possibilitou independência econômica e política das mulheres, além de trazer diversos avanços na obtenção de renda das mulheres assentadas:

Então, pra mim, o dia-a-dia aqui no assentamento eu acho que, quando teve o projeto do PAA e uma organização mais forte da associação, eu acredito que a gente teve muitos avanços nisso de perceber, principalmente, como as mulheres são determinantes no processo de produção agrícola mesmo, como que a maioria da produção que saía do assentamento, se você fosse fazer um gráfico, uma tabela, a maioria dessa produção era produzida pelas mulheres, nas hortas, nos quintais, nos pedacinhos em volta da casa, e como que as mulheres neste processo de produção, de comércio, de ter, por exemplo, um dinheiro pra ser independente dos homens (TRABALHADORA 7, 2019).

Sobre a construção do feminismo camponês e popular dentro do assentamento, as mulheres concluíram que a participação delas nos espaços de direção, de coordenação e na condução do assentamento representa o rompimento com o machismo no âmbito interno do lar, pois, para desempenharem papéis no âmbito público, antes elas desafiavam as relações internas. “Eu fiz parte da diretoria da associação pela necessidade de organização maior das mulheres, para que elas tenham confiança em desafiar as relações domésticas em suas casas e participem cada vez mais, no entanto, isso não é fácil de ser feito” (TRABALHADORA 8, 2019).

Elas também lembraram a participação nas lutas do oito de março, considerada pelo MST como um dia simbólico de luta contra o capital, dos encontros regionais e estaduais e das marchas nacionais que participaram durante o processo de luta pela terra. Entretanto, elas próprias também apontaram que participar desses espaços não rompe com todo o machismo, mas possibilita que elas possam enxergar mais longe, como sintetiza a trabalhadora 9: “Às vezes sinto falta de continuidade deste processo de formação, mas muita coisa se avançou se você pensar nestas mulheres quando chegaram no acampamento e agora, o que elas pensam, o que elas enxergam.” (TRABALHADORA 9, 2019).

Outro ponto que foi destacado pelas mulheres que participaram do encontro, é que dentro do assentamento elas também têm garantido a igualdade de gênero nos espaços decisórios como nas assembleias, nas lutas coletivas e nos espaços de reuniões, como argumenta a trabalhadora 10:

Ele se dá (a construção da igualdade de gênero) no momento da participação das mulheres nos espaços coletivos, acredito, e principalmente nos momentos de decisão. Eu acredito que para fazer efeito, para configurar mesmo um feminismo camponês, [...] que as atividades desenvolvidas por essas mulheres precisam ser coletivas, porque individualmente é muito importante o combate ao machismo, ao sistema patriarcal dentro da casa, com os companheiros, com os filhos, mas acho [que] não avança muito num âmbito, assim, de mobilizar as mulheres para fazer a luta contra o sistema patriarcal (TRABALHADORA 3, 2019).

E, por fim, o último ponto trazido na roda de conversa foi como elas entendem o uso da terra nos seus lotes, a proposta foi que cada uma delas trouxesse algo relacionado ao uso da terra que contribua para uma produção saudável de alimentos tendo como base a produção da agroecologia, mas também de fazer o debate acerca dos aspectos da emancipação e da autonomia das mulheres. “A maior parte dos alimentos são feitos pelas mulheres, isso também é uma luta de fato contra o capital, pois elas veem o seu trabalho sendo feito sem a exploração do capital, tendo autonomia de sua renda e para a mulher isso também é muito importante é ter dignidade” (TRABALHADORA 11, 2019).

Nesse ponto, todas as mulheres reafirmaram que possuem muito cuidado na relação com a terra, que fazem uso da produção agroecológica e inclusive lembram que essa produção era destinada ao PAA e ao PNAE. E, por isso, elas se colocam no combate ao uso de agrotóxicos, pois a terra é um bem sagrado que não pode ser usado como meio de reprodução de lucro e de exploração do meio ambiente e da vida em comum. Além disso, para elas a produção de comida saudável também está interligada com a proteção ao meio ambiente preocupando-se em preservar para o futuro, como afirma a trabalhadora 8, “nós trazemos o debate da alimentação saudável e da agroecologia”. Nessa mesma linha a trabalhadora 3 explica os motivos da escolha pela agroecologia como forma de viver e de trabalhar na terra:

Mas eu vejo que [...] a gente pra ter uma melhora de condições de vida é [preciso] continuar produzindo pra nossa alimentação de boa qualidade, sem nenhum uso de agrotóxico, porque o agrotóxico a gente sabe que contamina as águas, é... os animais que vivem aqui na terra... a gente pra ter uma boa alimentação, uma água de boa qualidade, [...] eu, no meu entender, a gente tem que produzir sem nenhum veneno, [...] pra ter uma alimentação saudável pros nossos filhos, pros nossos netos, essa é uma geração que eu quero deixar pros meus... pra minha descendência. [...] Eu já fui muitas vezes, já fui até intoxicada por veneno (antes de ser assentada), eu acho que nós, pra nós melhorar nossa saúde, nossa qualidade de vida, tem que continuar produzindo sem veneno, cuidar das nossas nascentes porque quando a gente veio aqui não tinha nem passarinho onde a gente morava, hoje eu, com muita alegria, plantei muitas plantinhas frutíferas, amora, acerola, muitas qualidades de frutas que atraí os passarinhos. Hoje vem papagaio no terreiro da minha casa, não precisa prender em gaiola, eu tenho no terreiro da minha casa. Tenho papagaio, tenho canarinho, tenho várias qualidades de passarinhos. É a minha maior alegria ver eles consumindo as plantas que eu fiz e... tem tucano. [...] Imensa alegria que eu tenho de cuidar das minhas galinhas no terreiro e os passarinhos comem junto com os pintinhos. É uma alegria pra mim. (Trabalhadora 3, 2019).

No que se refere à titulação conjunta de lotes, as mulheres também possuem o consenso de que existe um novo jeito de se relacionar com a terra, da produção de novos valores de cuidar da terra, e de cuidar umas das outras. Por isso, a ressignificação da função social da terra também inclui a relação entre homens e mulheres, é preciso entender a relação

que existe tanto dentro de casa, no trabalho de cozinhar, de lavar, de cuidar dos filhos, mas nisso também entra a questão da titulação conjunta. Além disso, todas possuem a percepção de que a titulação conjunta, implementada pela Instrução Normativa nº 38/2007 editada pelo INCRA, é importante para assegurar que a mulher tenha poderes decisórios, além de garantir a sua estabilidade no lote, em situação de separação conjugal.

Ao meu ver, a titulação deve ser no nome dos dois, para assegurar que a mulher também possa investir em formas de produção de acordo com os seus conhecimentos e seus saberes. A mulher também precisa ser vista enquanto agricultora camponesa e não como a companheira, a mulher do agricultor. Além disso, tem a questão da possibilidade de o relacionamento terminar um dia, então a titularidade conjunta vai assegurar o direito da mulher de permanecer na terra, e continuar trabalhando sem nenhum problema (TRABALHADORA 12, 2019).

É importante mencionar que o assentamento foi homologado em 2003, e, portanto, foi uma das primeiras experiências de titulação conjunta no Estado de São Paulo, fator que impulsionou que as mulheres sejam titulares em maior número dentro do assentamento. Conforme dados buscados no site do INCRA, das 28 famílias beneficiárias, 18 (dezoito) possuem titulação conjunta, 3 (três) mulheres possuem titulação como chefes de família e 7 (sete) homens constam como titulares únicos, como já apontado nesse trabalho.

Elas também compreendem que a titulação também garante a permanência das mulheres no lote após terem finalizado o relacionamento conjugal, como coloca a trabalhadora 13 “a titulação do lote tem que ser com o nome da mulher também, eu mesma, me separei, e a titulação me garantiu o direito de ficar com a terra junto com meus 6 filhos. Ele que saiu e nós ficamos aqui plantando e cuidando de nossas vidas” (TRABALHADORA 13).

A pesquisa demonstra que no assentamento Laudenor de Souza PAA Santo Antônio, as mulheres fazem o feminismo popular a partir das suas compreensões resultantes do engajamento político na defesa do território, da produção sem agrotóxicos e, principalmente, pela compreensão de que o feminismo camponês e popular ainda é uma construção. Além disso, os assentamentos (da reforma agrária) ainda são ambientes que buscam a sua transformação política, mas que também buscam a emancipação da mulher através da reivindicação de pautas que são específicas das mulheres camponesas. Nesse sentido, elas também levantaram a importância da titulação conjunta de lotes e como essa política contribui para que as mulheres tenham de fato os seus direitos assegurados nas áreas de assentamento,

pois esse é um elemento significativo para que elas alcancem o direito da emancipação política e econômica enquanto trabalhadoras camponesas.

Como visto, as mulheres camponesas obtiveram diversos direitos formalizados e amparados constitucionalmente. Esses direitos foram construídos como resultados de diversas lutas que foram sendo conquistados ao longo dos 30 anos de vigência da Constituição de 1988. Entretanto, desde o ano 2016 tem ocorrido o esvaziamento institucional dessas políticas a nível nacional e colocado diversas preocupações para as mulheres do campo sobre a manutenção dos territórios conquistados, como explica Ana Paula Reis:

Há ainda que estar alerta à extinção de importantes órgãos de fomento e implementação de políticas públicas para as mulheres e a contraditória criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que na contramão das pautas feministas avança na concepção conservadora do governo de extrema direita, reafirmando os estereótipos destinados às mulheres na sociedade patriarcal e com uma pauta regressiva no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (REIS, 2019, p. 221).

Por isso, o debate dessas políticas voltadas para as mulheres camponesas tem sido objeto de constantes preocupações em todas as esferas dos movimentos sociais do campo. Para o MST, os avanços conquistados desde a Constituição de 1988 vêm sendo objetos de ameaças de retrocessos, o que tem provocado desafios à retomada do diálogo desde a base até os quadros diretivos no sentido manter os direitos conquistados pelas mobilizações das mulheres, tal como foi resgatado pelas mulheres do Assentamento Laudenor de Souza nos encontros com roda de conversas.

Essas preocupações também surgiram no Caderno 3 da Marcha das Margaridas: “No atual contexto político vivemos um cenário desfavorável para nós mulheres, principalmente, para as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas; e as trabalhadoras em geral” (MARGARIDAS, CADERNO 3, 2019, p. 19). A questão desfavorável que está colocada é que “Primeiro, por que a gestão do Estado está na mão de um governo que promove o fortalecimento do sistema patriarcal e enaltece a família conjugal [...] que reforça uma concepção de família comandada pelo homem, colocando em evidencia a figura do chefe de família provedor” (MARGARIDAS, CADERNO 3, 2019, p. 19).

Desde 2016, tem iniciado um novo ciclo de governo que aparelham o Estado para efetivar um plano de desmonte das políticas agrárias no país, a começar com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, pelo então governo interino de Michel Temer, que transferiu as pastas vinculadas à reforma agrária para a Casa Civil. Essas medidas afetam diretamente todas as políticas voltadas para o desenvolvimento e empoderamento das

mulheres no campo, pois o Ministério do Desenvolvimento Agrário é quem tinha competência para descentralizar as políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e outros que estavam diretamente vinculados à pasta, conforme os dados apresentados por Reis:

Outra conquista refere-se ao acesso às políticas públicas de incentivo à produção e comercialização em nome da mulher, mediante o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que chegou a beneficiar, em 2012, 40 mil mulheres. O PAA também tem agonizado após o golpe de 2016, com um retrocesso na quantidade de recursos destinados ao programa e no número de agricultoras beneficiadas. Segundo a CONAB (2019), em 2018 foram apenas 8.127 mulheres que participaram enquanto beneficiárias fornecedoras deste importante programa (REIS, 2019. p. 220).

Na mesma linha, o Caderno 3 das Marchas das Margaridas (2019, p. 35 - 37) aponta que na atual conjuntura o direito das mulheres camponesas aos seus territórios vem sendo cada vez mais ameaçado, pois estamos diante de um contexto de avanço do capitalismo neoliberal, patriarcal, racista que vem se apropriando dos bens comuns que estão conservados nos territórios para colocar à disposição do capital para serem mercantilizados. Sendo que neste avanço está inclusa a mercantilização e financeirização da natureza, que interfere diretamente sobre as comunidades e povos tradicionais, apropriando-se dos recursos naturais, das águas, terra, minérios, sementes, floresta, faunas e floras, minérios para serem transformados em mercadorias e assim tornarem-se produtos financeiros.

Esses processos são nocivos para as mulheres porque o capitalismo no campo além de se apropriar das terras para o agronegócio, também se apropria das águas para desenvolver os sistemas de irrigação e na aplicação de agrotóxico no cultivo. Esse modelo tem como contrapartida o apoio do atual governo que não esconde seu discurso de contrassenso à preservação dos recursos ambientais. Nesse aspecto, as mulheres camponesas também têm demonstrado a sua força de resistência contra esses retrocessos, como pode ser constatado pela presença forte e marcante das Marchas das Margaridas 2019, que colocaram suas reivindicações em Brasília em defesa da garantia dos direitos conquistados a partir da Constituição de 1988.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, percebe-se que as mulheres camponesas, embora inseridas em um contexto profundamente desigual, são determinantes na diversidade produtiva. Através dos acúmulos e engajamentos políticos, as mulheres romperam com o sistema patriarcal expressa no campo e, por meio de experiências concretas, elas vêm conquistando seus espaços no âmbito público através de um plano político que traz como bandeira de luta a defesa da agroecologia. Junto à produção de base agroecológica, elas demonstram o seu protagonismo na preservação das sementes, em defesa da soberania alimentar apontando outro modelo de desenvolvimento no campo.

Nessa caminhada, as mulheres também demonstram a experiência concreta do cumprimento da função social da terra, trazendo para o centro do debate a necessidade de estabelecer novas relações sociais e de gênero no campo. O ponto central do princípio da função social da terra inclui em recolocar a terra como produtora da vida e, nesse sentido, a proposta da reforma agrária popular se coloca como um instrumento de efetivação do cumprimento da função social da terra. O diálogo com o conceito de reforma agrária popular é inclusivo em proporcionar o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, estabelecendo o debate de que a função social não está delimitada em critérios técnicos de produtividades, e sim pela construção da sociabilidade pautada no princípio constitucional da igualdade.

A pesquisa demonstra que a emancipação das mulheres do campo através do feminismo popular está vinculada à construção política e lutas concretas pelo fim da propriedade privada, no enfrentamento ao latifúndio e ao capital e pelo direito de acesso à terra e à reforma agrária. O processo de auto-organização das mulheres camponesas, representado no movimento do feminismo popular e camponês, também se coloca como um processo de construção emancipatória que vem trazendo autonomia, formação política e participativa no enfrentamento ao capital e ao agronegócio. As mulheres vêm impulsionando o rompimento das barreiras e estigmas vivenciados no campo, fortalecendo a identidade camponesa e demarcando o seu lugar de luta.

A política de titulação conjunta de lotes instituída pela Portaria nº 981/03 e Instrução Normativa nº 38/07, ambas editadas pelo INCRA, possibilitou às mulheres assentadas alcançarem o direito formal constitucional ao acesso à terra e o direito material no combate às desigualdades de gênero. A construção do feminismo camponês e popular, que brota das

organizações de mulheres, surge como premissa teórica e prática da construção de uma sociedade igualitária e justa. Todavia, os desafios postos pela conjuntura, por ora colocam a necessidade de luta árdua para evitar retrocessos sobre os direitos já alcançados, no entanto, as mulheres camponesas não retrocederam, pelo contrário, elas seguem pautando a construção de uma nova sociabilidade no campo. Assim, as mulheres camponesas têm reafirmado o seu fortalecimento ocupando os espaços de coordenação, de militância nos movimentos sociais, na defesa dos territórios e da reforma agrária popular e se fazendo presente na academia teorizando as lutas e conquistas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Movimentos Sociais: questões de gênero e educação na Experiência do MST**, 2014, Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/movimentos-sociais-quest%C3%B5es-de-g%C3%AAnero-e-educa%C3%A7%C3%A3o-na-experi%C3%AÂncia-do-mst><. Acesso em, Jul. 2019.

ARRAES, Jarid. **E Dandara dos Palmares, você sabe quem foi?**, 07 de nov. 2014. Disponível em: ><https://www.geledes.org.br/e-dandara-dos-palmares-voce-sabe-quem-foi/><. Acesso em: 08. Set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm<. Acesso em: 29 de set. 2019.

BRASIL. **Decreto 7794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm<. Acesso em 30, Jun, 2019.

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Instrução Normativa nº 38 de 13 de março de 2007**. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: >http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN38_130307.pdf<. Acesso em 05 de set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)** - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário. Atualizado em 29/07/2019. Disponível em: >http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/beneficiarios/rel_409-sr-08_sp_0.pdf<. Acesso em 05 de set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria 981, de 02 de outubro de 2003**. Altera a Norma de Execução SDA nº 29 de 2002. Disponível em: ><https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200><. Acesso em 12. Set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Margarida Alves Coletânea sobre estudos rurais e gênero**, Brasília/DF, 2006. Disponível em: >http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Colet%C3%A2nea%20sobre%20Estudos%20Rurais%20e%20Gen%C3%A4ro%20WEB.pdf<. Acesso em: 12, Jul. 2019.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**, Brasília/DF, 2006. Disponível em: ><http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A8536p/A8536p.pdf><. Acesso em: 06. Set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. SOUZA, Sônia Aparecida. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero – mulheres e agroecologia**. In: HORA, Karla & REZENDE Marcela & MACEDO Gustavo (org.), 4ª ed. 2015. Disponível em:

>http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Colet%C3%A2nea%20sobre%20Estudos%20Rurais%20e%20Gen%C3%A3o%20WEB.pdf<. Acesso em 29 de set. 2019.

BUTTO, Andrea & HORA, Emamaneuella R. **Mulheres na Reforma Agrária**. In: Mulheres na Reforma Agrária e a experiência recente no Brasil, LOPES, Adriana L. & ZARZAR, Andrea Butto (org), Brasília, MDA, p. 19 – 38, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da reforma agrária popular, 2013. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Desafios%20do%20vínculo%20entre%20trabalho%20e%20educação%20na%20luta%20e%20construção%20da%20Reforma%20Agrária%20Popular%20-%20Roseli%20Salete%20Caldart%20-%202013.pdf><. Acesso em: 29 de set. 2019.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA – Cfemea. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós constituinte**. In: RODRIGUES, Almira & CORTES, Iáris (org), Letras Livres, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/direitosposconstituente.pdf><. Acesso em: 26 de set. 2019.

DANDARA A GUERREIRA DOS PALMARES. Minas Gerais, Belo Horizonte, 20 de maio de 2017. Brasil de Fato Minas Gerais. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/20/dandara-a-guerreira-de-palmares/><. Acesso em: 26 de out. 2019.

DEERE, Carmem Diana. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Edição v 10, n.1, 2002, p. 112 – 146. Disponível em : <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/210><. Acesso em 05 de set. 2019.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**, Revistas de estudos feministas, vol.12 no.1 Florianópolis, Jan./Apr. 2004. Disponível em: >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010<. Acesso em 14 de jun. 2019.

FELLIPI, Ângela, **Propriedade da terra garante poder às mulheres. Jornal da Emater/RS**. Disponível em: ><http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n4/03-entrevista.htm><. Acesso em 30. Jun. 2019.

GLISSMAN, Stephen. **Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**, 2ª ed. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre/RS, 2001.

LONGO, Roxana. Mujeres Sin Tierra: um feminismo campesino y popular. Diálogo com Etelvina Masioli, dirigente del MST de Brasil. In. KOROL, C.; CASTRO, G. C. (Org) **Feminismos populares Pedagogías y políticas**. 1º ed. Colombia, Editora La Fogata Editorial y América Latina Libre, ISBN: 978-958-58687-9-3, (p. 155-168). Disponível em: ><https://cpalsocial.org/documentos/767.pdf><. Acesso em: 16 de out. 2019.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito da Mulher: da proteção á promoção. Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: p. 405 - 430. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf><. Acesso em 16 de jul. 2019.

LUGONES, Maria, **Rumo a um feminismo descolonial**. Revistas Estudos Feministas, vol. 22 nº3, 2014, p. 935 – 952. Disponível em: ><https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577><. Acesso em 10 Jul, 2019.

MAFORT, K. C. O. **A Hegemonia do Agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina**, 2013, fls 134. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras FCLAR) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho –/UNESP, Araraquara, São Paulo, 2013. Disponível em: ><https://repositorio.unesp.br/handle/11449/88778?show=full><. Acesso em: 16. Set. 2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS. CADERNO 3. **Por autoeconomia, trabalho e renda, por terra, água e agroecologia**. COSTA, Maria José Morais (coord.), TEIXEIRA, Anna Carolina C. B; GALINDO, Eryka Danyelle Silva; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto (orgs), Brasília, Impressão Cidade Gráfica, 2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS. CADERNO 1. **Margaridas na Luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência: por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres**. COSTA, Maria José Morais (coord.), TEIXEIRA, Anna Carolina C. B; GALINDO, Eryka Danyelle Silva; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto (orgs), Brasília, Impressão Cidade Gráfica, 2019.

MARÉS, Carlos Frederico; **A Função Social da Terra**, Ed. Sergio Antonio Fabris, Porto Alegre/RS, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes & MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962**. Ou como são feitas as leis. Revista de Estudos Feministas, vol.16 no.2 Florianópolis May/Aug. 2008. Disponível em: >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200008<. Acesso em: 12 Jul. 2019.

MAZIN, Diogo; ESTEVEM Douglas & STÉDILE, Miguel Henrique (orgs), **A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente Cartilha 30 anos do MST**, ed. Instituto de Educação ITERRA/UFFS, Veranópolis/RS, Turma de História, ITERRA/UFFS, 2014.

MELO, Hildete Pereira de, SABBATO, Alberto Di. **O Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma Perspectiva de Gênero**. In: LOPES, Adriana L. ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil: Mda. 2008, p. 40- 80.

MELO, Hildete Pereira de, CAPELLIN, Paola, CASTRO, Elisa Guaraná. **Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens o caso do Pontal do Paranapanema**. In: LOPES, Adriana L. ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil: Mda. 2008, p. 83-151

MENDES, Isabelle. **Elizabeth Teixeira – Mulher, mãe e militante**, 2011. Disponível em: ><http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/VER%20COM%20EXPRESS%C3%83O%20PUBLICOU%20ELIZABETH%20TEIXEIRA-finaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf><. Acesso em: 26 de set. 2019.

MMC, FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR [CARTILHA] Org, Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC) & Movimento de Mulheres Camponesas, Impressão Passografic 2018. Disponível em: >http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf<. Acesso em: 04 Jul. 2019.

MST Setor de Gênero, Caderno de Formação 1: **Feminismo Camponês e Popular Com Identidade e Revolucionário**; Produção: CEAGRO Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Laranjeiras do Sul – Paraná), Impressão: Lunagraf (Curitiba - Paraná), 2015.

MST Setor de Gênero, Caderno de Formação 2: **Avanço do Capital no Campo e as Mulheres**; Produção: CEAGRO Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Laranjeiras do Sul – Paraná), Impressão: Lunagraf (Curitiba - Paraná), 2015.

MST, SETOR NACIONAL DE GÊNERO (org). **Construindo novas relações de gênero desafiando relações de poder**. São Paulo, Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, , 2003.

MST, SECRETARIA NACIONAL DO MST (org). **Programa Agrário do MST Lutar, Construir Reforma Agrária Popular**. São Paulo/SP, Secretaria do MST 2013.

NALÚ, Faria & NOBRE, Mirian. **O que é ser homem? O que é ser mulher? Subsídios para uma discussão das relações de gênero**. Disponível em: ><http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/13/f1119o-que-e-ser-mulher-e-homem---nalu-faria-e-miriam-nobre.pdf><. Acesso em: 13 Jul. 2019.

NETO, Wilon Mazalla, et tal; **Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho**, In: NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L. (org.); **Questão Agrária: Cooperação e Agroecologia**. São Paulo/SP, 1ª ed. Editora Outras Expressões, 2015, pág. 209 - 262.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Que feminismo é esse que nasce na horta?**, Política & Sociedade Revista de Sociologia Política, Florianópolis, Vol. 15, 2016, p. 296 – 316. Disponível em: ><https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296><. Acesso em: 19 de ago. 2019.

REIS, Ana Terra. **As mulheres e as políticas públicas: os avanços e retrocessos em tempos de resistência**; Revista Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, vol. 20, n. 1, 2019, p. 212 – 223. Disponível em: ><http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6389/pdf><. Acesso em 19 de ago. 2019.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**, São Paulo, Ed Salesiana Dom Bosco, 1996. Disponível em: ><http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/wp->

content/uploads/2013/08/Construtores-da-Justi%C3%A7a-e-da-Paz-Margarida.pdf<. Acesso em: 27 de set. 2019.

SAFFIOT, Heleieth I. B.; **A Mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade**, São Paulo/SP, 3ª ed., Ed. Expressão Popular, 2013.

SCHAAF, Alie Van Der; **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726.pdf><. Acesso em 28 de jun. 2019

SEGATO, Rita Laura; **La guerra contra las mujeres**, Madrid, Editora Traficante de Sueños, Primeira edição, 2016. Disponível em: >https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf<. Acesso em: 07 de ago. 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**, Rio de Janeiro/RJ, Ed. UFRJ, 2015. Disponível em: >http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/MULHERES_E_AGROECOLOGIA_TRANSFORMANDO_O_CAMPO_AS_FLORESTAS_E_AS_PESSOAS_0.pdf<. Acesso em: 27 de set. 2019.

SILVA, A. V. B. F. **Terra de mulher: as contradições que permeiam as relações de gênero e a titulação conjunta da terra no âmbito da agricultura familiar**. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2011. Disponível em: >https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9145/1/arquivo2532_1.pdf<. Acesso em: 12. Set. 2019.

SILVA, Maria Aparecida Moraes (ed.). **De colônia a boia fria**. In: PRIORE, Mary Del (org) & PINSKY Carla Bassanezi (coord.), **História das Mulheres no Brasil 10.ed.**, 1ª reimpressão, São Paulo, Ed. Contexto, 2012. p. 554 – 557.

STÉDILLE, João Pedro. **A questão Agrária e o Socialismo**, In: **A questão Agrária Hoje**, 2ª Edição, Porto Alegre, Editora da Universidade/Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 306 - 322, 1994.

STÉDILLE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil - Programas de Reforma Agrária: 1664 – 2003**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

STEFANIAK, Jeaneth Nunes. **Propriedade e Função Social perspectivas do ordenamento jurídico e do MST**. Ponta Grossa/PR, editora UEPG, 2003.

TEIXEIRA, Anna Carolina Carvalho Batista, GALINDO, Eryka Danyelle Silva, AGUIAR, Vilênia Venâncio (org.); **Marcha das Margaridas, Caderno 3. Por autonomia econômica, trabalho e renda por terra, água e agroecologia**, impressão Cidade Gráfica.

VASCONCELOS, Bruna Mendes. **Mulheres Rurais, Trabalho associado e agroecologia**. In: Novaes. H. Mazin, A.D. SANTOS, L Questão Agrária, cooperação e Agroecologia. São Paulo/SP, 1ª ed.; Outras Expressões, p. 345 - 370, 2015.

ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Colonas **Italianas no sul do Brasil: estigma e identidade**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, p. 89-106, 2013.